**Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência, criada pelo Requerimento nº 4 de 2011-CN.**

###### ATA DA 29ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 29ª Reunião realizada em 07 de novembro de 2012, às 10 horas e 25 minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sob a presidência da Deputada **Jô Moraes (PCdoB/MG)** e com a presença da Senadora **Ana Rita (PT/ES).** Deixaram de comparecer os Senhores Senadores: **Ângela Portela (PT/RR),** **Ana Amélia (PP/RS), Lúcia Vânia (PSDB/GO), Maria do Carmo Alves (DEM/SE) e Armando Monteiro (PTB/PE);** e os Senhores Deputados: **Dr. Rosinha (PT/PR)**, **Marina Santanna (PT/GO)**, **Teresa Surita (PMDB/RR), Eduardo Azeredo (PSDB/MG), Rebecca Garcia (PP/AM), Prof. Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Gorete Pereira (PR/CE), Keiko Ota (PSB/SP), Sueli Vidigal (PDT/ES), Carmem Zanotto (PPS/SC), Célia Rocha (PTB/AL) e Ademir Camilo (PSD/MG).** Na ocasião foi realizada Audiência Pública com a presença dos senhores: **Tércia Amoldo Silveira**, Diretora-Geral do Departamento Geral de Polícia da Baixada; **Célia da Silva Rosa**, Delegada Tirular da DEAM-RJ; **Mônica Almeida**, Subsecretária de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro; **Maria Célia Vasconcelos**, Subsecretária Executiva da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro; **Ângela Fontes**, Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; **Renata de Vasconcelos Araújo Bresson**, Promotora de Justiça; **Emanuelle Gangoni**, Defensora Pública; e **Sula Omari**, Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher.

**A SRª PRESIDENTE** (Inês Pandeló. PT – RJ) – Iniciamos a audiência pública, convocada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, sobre a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional destinada a tratar da violência contra a mulher, no Estado do Rio de Janeiro.

Quero das boas-vindas a todos e a todas, em especial a essas duas mulheres batalhadoras que já estão à Mesa, ao meu lado.

Senadora Ana Rita, Relatora da CPMI, muito obrigada pela presença, por ter se dedicado, desde anteontem, a estar no nosso Estado e a fazer diligências e reuniões com o Movimento Social. Agora, nesta audiência pública, a Assembleia está muito contente com a presença da CPMI.

De outro lado, está a Deputada Federal Jô Moraes, que é Presidente da CPMI que investiga a violência contra a mulher no nosso País.

Quero dizer que, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, é uma honra iniciar esta audiência pública. Quero dizer que acompanhei, desde anteontem, as diligências e as discussões com o Movimento Social.

O tema “Violência contra a Mulher” foi prioridade ao longo desses 6 anos que presido a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Nós, membros da Comissão, sempre quisemos fazer com que as audiências públicas pudessem diagnosticar onde estão os nós. Por que a Lei Maria da Penha não consegue ser implementada na prática? Onde estão os obstáculos? E mais: como desfazer esses nós? Como superar esses obstáculos?

Nessas diligências, desde anteontem, na conversa com o Movimento Social, muita luz foi dada. Nós, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, a partir desse relatório, dessa oportunidade da CPMI, queremos continuar o trabalho, porque muitos nós apareceram ao longo dessas diligências e dessas conversas e serão explicitados aqui também.

Então, quero enaltecer realmente o trabalho da CPMI, quero parabenizá-la e dizer a todas as mulheres que aqui estão que está sendo muito importante sua presença, sua participação em todo esse processo.

Então, estamos iniciando aqui, agora, esta audiência pública.

Quero chamar para fazer parte da Mesa também a Deputada Enfermeira Rejane, que é membro da Comissão dos Direitos da Mulher.

Quero passar a Presidência desta audiência à Presidente ou Presidenta da CPMI, a Deputada Federal Jô Moraes. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Bom dia a todos e a todas!

A estrutura hierárquica do poder estabelecido historicamente nos coloca em situações diferenciadas, mas estamos todos e todas, aqui, nivelados pela preocupação que a Deputada Inês acabou de registrar.

Eu queria iniciar este processo, cumprimentando especialmente o Estado do Rio de Janeiro. Por quê? Porque o Estado do Rio de Janeiro é o Estado que tem, proporcionalmente, a maior representação feminina na Assembleia Legislativa. O Estado do Rio de Janeiro, diferentemente da maioria dos Estados, elegeu quase 20% desta Casa, da Assembleia Legislativa, como mulheres.

É por isso que, destacando essa vitória das mulheres do Rio de Janeiro; agradecendo ao Presidente desta Casa, Deputado Paulo Melo, que cedeu este espaço; cumprimentando a Deputada Inês pelo enorme trabalho que realizou e realiza na Comissão especializada, eu queria saudar as Deputadas Andreia Busatto, Aspásia Camargo, Cidinha Campos, Claise Maria Zito, Clarissa Garotinho, Enfermeira Rejane, Graça Matos, Graça Pereira, Inês Pandeló, Janira Rocha e Lucinha.

Essa conquista não é apenas das mulheres do Rio de Janeiro, é uma conquista das mulheres do Brasil e de cada uma de vocês que enfrentou os maiores desafios para alcançar o estágio de representação do povo do Rio de Janeiro nesta Casa.

Parabéns para vocês! Parabéns pela conquista da Comissão!

Eu queria, em segundo lugar, a pedido da Deputada Jandira Feghali, justificar a sua ausência aqui. A Deputada Jandira Feghali não pôde comparecer a esta audiência porque o Estado do Rio de Janeiro enfrentou, ontem, na Câmara Federal, uma das mais duras e difíceis lutas em defesa dos seus interesses, que foi a votação do projeto dos *royalties*. Sem dúvida alguma, toda a Bancada do Rio de Janeiro, lá presente, e também a Bancada do Espírito Santo tentaram apresentar ao conjunto do Brasil as suas preocupações e o que significava a política de *royalties* estabelecida naquilo que cada Estado teria de devolver na preservação da sua estrutura. Lamentavelmente, os desafios estão postos agora em relação ao pronunciamento da Presidente Dilma e em relação ao Supremo Tribunal Federal, que, provavelmente, deverá ser acionado para esse pronunciamento. Exatamente por essa razão, a Deputada Jandira não pôde estar presente neste processo.

Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 4, de 2011, do Congresso Nacional, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do Poder Público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública na cidade do Rio de Janeiro, com os convidados a que nos vamos referir.

Eu queria, ao cumprimentar pelo esforço de realização desta audiência pública aqui os movimentos sociais e os órgãos públicos que dele participaram, dizer que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem o desafiador projeto de mostrar que a violência doméstica é, hoje, o núcleo central que realimenta a violência generalizada existente no nosso País.

Estamos vendo os problemas que o Estado de São Paulo vivencia hoje. Nós assistimos aqui – e o Rio de Janeiro deu uma resposta – a uma nova política de segurança para enfrentar, na raiz, as dificuldades em torno da realimentação da violência.

Mas, na sociedade, há um problema: a violência doméstica, a violência contra a mulher é praticamente invisível. Alcançamos uma grande vitória quando foi aprovada a Lei Maria da Penha. Mas o que é que nós temos sentido? Este é o 12º Estado que visitamos em todo o País. Sentimos que há uma subestimação da resposta que o Estado brasileiro tem de dar ao enfrentamento à violência contra a mulher. É uma subestimação que se materializa no desencontro das informações. Esta é a grande dificuldade que temos: não há padronização de informações. Essa subestimação se materializa no número reduzido da estrutura de todos os órgãos, quer seja no Executivo, no Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público. Há situações como a do meu Estado, em que há uma Vara com 22 mil processos e com seis funcionários para responder a isso. E essa subestimação também se materializa na precária disponibilização de recursos orçamentários para as políticas públicas de enfrentamento à violência.

É por isso que esse desafio que a CPMI assumiu como responsabilidade, que se materializará nas recomendações da nossa Relatora, que está percorrendo o Brasil inteiro com os olhos voltados para essas necessidades, sem dúvida, representará um passo adiante.

Por isso, vamos dar início a esses trabalhos. Serão escutadas diferentes autoridades. Concederemos a palavra, pela ordem, em primeiro lugar, ao Executivo e, depois, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria e à sociedade civil, para que saiamos daqui não buscando responsáveis. A CPMI não quer ser um espaço de acusações. A CPMI quer ser um espaço de diagnóstico, de determinação das falhas que o Estado brasileiro tem, e quer, na sua realização, alcançar e conquistar parceiros para a implementação dessa política pública.

É por isso que vamos passar, de imediato, a palavra à nossa Relatora, a Senadora Ana Rita, para que ela possa situar os desafios. A partir daí, nós vamos escutar cada representação de órgãos.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita, Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. (*Palmas.*)

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Obrigada, Deputada Jô Moraes, Presidenta da CPMI.

Inicialmente, quero cumprimentar todas as pessoas e agradecer a presença de cada um e de cada uma que estão aqui, em especial das pessoas que aqui estão falando em nome dos Poderes constituídos do Estado do Rio de Janeiro, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Quero também fazer um agradecimento especial aos movimentos de mulheres que estão aqui presentes e que têm um papel fundamental também no sentido de cobrar dos Poderes Públicos as providências necessárias ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Quero, inicialmente, reforçar o caráter desta audiência pública. Esta é uma audiência pública que não é uma audiência pública comum, da qual todos nós estamos acostumados a participar. Esta é uma audiência pública de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tem o objetivo de aqui inquirir as autoridades públicas. Então, não vamos aqui fazer o debate sobre o tema. Vamos fazer inquirição às autoridades, para que estas possam responder para a CPMI as questões que nós queremos que sejam esclarecidas e que sejam respondidas, de acordo com os objetivos da CPMI.

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi criada e instaurada no mês de fevereiro deste ano. No dia 12 de fevereiro ela foi instalada. Ela tem como objetivo fazer uma investigação sobre a situação da violência em que se encontram as mulheres no País, mas também de apurar as denúncias de omissão, por parte dos Poderes Públicos, com relação à aplicação dos instrumentos legais instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Esse é o nosso objetivo, pelo qual a Comissão foi criada.

Diante disso, eu, como Relatora desta Comissão, apresentei, já no início dos trabalhos, um plano de trabalho a ser cumprido pela Comissão. Esse plano de trabalho prevê a realização de audiências públicas no Congresso Nacional e audiências públicas nos Estados: no Congresso Nacional, para ouvir as autoridades federais e entidades dos movimentos sociais com representação nacional; nos Estados, as audiências públicas têm como objetivo ouvir as autoridades locais, de âmbito estadual, de todos os Poderes constituídos. Também o plano de trabalho prevê a realização de diligências aos equipamentos instituídos para proteger as mulheres em situação de violência. Também solicitamos diversos pedidos de informação para todas as autoridades do nosso País, tanto federais quanto estaduais, dos 26 Estados e do Distrito Federal. Essas informações já chegaram para a CPMI, e já estamos concluindo o trabalho de realização de audiências públicas nos Estados.

O Estado do Rio de Janeiro é o 14º Estado que a CPMI visita. Aqui nós tivemos a oportunidade de fazer diligências a diversos equipamentos na segunda e na terça-feira desta semana, e já realizamos, em Brasília, 18 audiências públicas ouvindo diversas autoridades.

Estamos concluindo os trabalhos no final do mês de novembro. Até o final do mês de novembro, vamos ainda a Mato Grosso do Sul e a Manaus. E vamos também realizar audiências em Brasília para ouvir o Ministro da Justiça, a Ministra do Planejamento e também algumas autoridades estaduais que estão sendo convocadas em função de que não cumpriram o seu papel de apresentar denúncias com relação a alguns fatos, em particular da violência doméstica. E vamos também ouvir, em Brasília, o Conselho Nacional de Justiça, em função também de algumas questões que nós percebemos durante essas visitas aos Estados. Dessa forma, achamos por bem chamar o Conselho Nacional de Justiça para se manifestar perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Para fazer visitas aos Estados, nós utilizamos alguns critérios. Os critérios utilizados foram dois. Primeiro, nós priorizamos os Estados, os dez Estados que apresentaram os maiores índices de violência contra a mulher, de acordo com os dados do Mapa da Violência do Instituto Sangari, que é um instituto que subsidia o Ministério da Justiça com as informações da violência contra a mulher. E também colocamos como prioridade os Estados que têm uma população muito expressiva, como é o caso, por exemplo, do Estado de São Paulo, que também já foi ouvido pela CPMI.

O Estado do Rio de Janeiro, embora não esteja entre os dez Estados mais violentos, que apresentam os maiores índices de homicídio contra as mulheres, é um Estado que merece uma atenção especial porque também morrem muitas mulheres aqui, e é preciso ter uma atenção especial para essa realidade. Então, achamos por bem visitar o Estado do Rio de Janeiro, considerando que aqui há uma realidade muito especial e muito específica.

Nós tivemos a oportunidade, já na segunda-feira, de ter uma reunião com o Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro. O Vice-Governador recebeu muito atenciosamente a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, colocou o Governo à disposição desta Comissão, empenhou-se – pelo menos se manifestou dessa forma –, queria se empenhar para que os secretários estivessem presentes nesta audiência pública. Os secretários foram previamente convidados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, através de requerimento aprovado nas reuniões da Comissão Mista, da CPMI. E foi uma reunião, uma conversa com o Vice-Governador, que também fez um relato das políticas que o Governo do Estado tem implementado aqui no Estado do Rio de Janeiro no enfrentamento à situação de violência de modo geral aqui no Estado.

Também na segunda-feira, nós visitamos a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), aqui do Centro; visitamos também o Centro Integrado de Atendimento à Mulher Márcia Lyra; o 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que fica também no Centro do Rio de Janeiro; o Ministério Público; a Defensoria Pública; o Nudem; visitamos ainda a Casa Abrigo Lar da Mulher, que fica na Baixada Fluminense; e o 3º Juizado da Violência Doméstica, que fica em Jacarepaguá. E realizamos, na noite de ontem, uma reunião com o Movimento de Mulheres, onde estavam representados diversos movimentos, diversas entidades, inclusive mulheres que são vítimas de violência, que já foram vítimas e que já fizeram as suas denúncias, que fizeram um relato de como foi o atendimento.

É importante fazer um destaque aqui de que o Movimento de Mulheres faz várias críticas ao atendimento prestado pelos órgãos públicos aqui do Estado do Rio de Janeiro, faz também muitas observações e levanta muitas preocupações com relação à forma como as mulheres são tratadas aqui no Estado, em particular no enfrentamento à violência nas comunidades, nas UPPs, por exemplo. A forma como as mulheres são abordadas pelos policiais eu acho que é uma realidade que precisa ser observada e precisa ser revista, o constrangimento por que algumas mulheres passam, mães de meninos e meninas que estão envolvidos no tráfico de drogas. Essas mães estão sofrendo e estão se sentindo constrangidas pela forma e pelo jeito como elas são abordadas.

E aqui fazemos um apelo ao Governo do Estado para que observe melhor essa realidade, para que, no enfrentamento à violência no Estado do Rio de Janeiro, nós não geremos novas violências, em particular contra as mulheres. Então, é preciso ter uma atenção especial a essa abordagem, à forma como as mulheres são tratadas nas comunidades.

Com relação às visitas que fizemos aos equipamentos, nós tivemos a oportunidade de conversar atentamente com todas as pessoas, com todos os gestores e com as autoridades locais, ouvindo com muito cuidado as informações que cada um podia nos prestar. Fizemos diversos questionamentos. E podemos afirmar aqui, podemos aqui trazer algumas preocupações, já de antemão, que considero extremamente importantes.

Uma primeira preocupação que a CPMI faz questão de registrar aqui é a de que a violência doméstica é uma violência diferenciada das demais violências, porque, conforme disse a nossa Deputada Jô Moraes, é uma violência que não é visível, de certa forma; ela fica na invisibilidade dos lares, das casas onde as pessoas moram; não é uma coisa tão aparente para todas as pessoas. O que fica aparente são as marcas no rosto e no corpo das mulheres. Isso, sim, fica aparente, mas o ato da violência, a agressão em si, não é tão visível porque acontece dentro da casa das pessoas. Para enfrentar esse tipo de violência é muito importante que se tenha um organismo de políticas públicas para as mulheres. Então, nós consideramos que não é suficiente apenas uma superintendência da mulher aqui no Estado do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

É preciso, de fato, que se tenha uma Secretaria da Mulher. Porque, para enfrentar a violência contra a mulher é preciso pensar em políticas públicas integradas e articuladas. E quem faz isso é um organismo próprio das mulheres. Então, uma secretaria específica para as mulheres num Estado como o Rio de Janeiro, com as suas dimensões, com a importância que tem para a Nação brasileira, pela sua história, pelo trabalho que realiza, aqui, inclusive no enfrentamento à violência, seria necessária. É preciso ter um olhar preferencial para a situação das mulheres que vivem em situação de violência. Então, nós entendemos e achamos necessária a criação de um organismo com poder de autonomia financeira e autonomia política, para ter condições de fazer todo um trabalho de articulação, de envolvimento de todo o Governo no enfrentamento à violência contra a mulher.

Então, fazemos aqui este registro e manifestamos aqui a nossa preocupação com relação a isso.

Outro registro que nós queremos fazer aqui neste momento é de que, diante das diligências que nós realizamos, constatamos, com certeza, que há um esforço sobre-humano de vários profissionais no sentido de implementar o atendimento às mulheres em situação de violência, mas esse esforço, por parte não só do Poder Executivo, dos órgãos ligados ao Poder Executivo, mas também do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, apesar de tudo, não tem se traduzido em agilidade e melhoria dos serviços públicos. É preciso que haja uma comunicação eficiente entre os titulares e as titulares de cada órgão para resolver, de fato, os entraves e melhorar, dessa forma, o atendimento às mulheres em situação de violência.

A Deputada Inês Pandeló dizia, no início da audiência pública, que existem alguns nós que precisam ser desatados. Que nós são esses? Então, esse debate é preciso ser feito. Nós vimos e entendemos que está havendo um esforço aqui, que há reuniões da Rede, só que das reuniões da Rede quem participa são profissionais, são técnicos, e nem sempre os principais gestores de cada órgão estão ali para fazer o debate, para identificar, de fato, quais são os entraves, quais são os principais nós e assim tomar decisões para a solução desses problemas. Então, é uma questão que nós avaliamos que não é difícil de ser resolvida, é uma questão apenas de articulação. É preciso tomar essa decisão, para que essa articulação política entre os órgãos de atendimento dos diversos poderes aqui do Estado possa acontecer. Esta comunicação é super necessária, porque não é o atendimento individualizado de cada órgão que vai resolver de fato o problema. Então, é preciso, sim, que haja uma articulação firme, corajosa, incisiva de todos os poderes públicos, identificando os problemas e mudando posturas, procedimentos, para que as coisas possam melhorar.

Ainda quero fazer um destaque com relação aos servidores. Nós vimos, por exemplo, no primeiro juizado e vimos também na delegacia, na Deam, um número insuficiente de profissionais. Na Deam, por exemplo, há um esforço, com certeza, da delegada e dos servidores, mas na sua grande maioria são servidores em final de carreira, que já estão cansados, com certeza, e que precisam de gente nova, com disposição, com coragem, para fazer um bom trabalho. Então é preciso contratação de mais profissionais, é preciso equipar melhor a delegacia com profissionais, é preciso equipar o primeiro juizado. Estou dando destaque a esses dois, mas não quero dizer que os demais não precisem, para que realmente haja um número suficiente de profissionais, equipes multidisciplinares, para poder fazer o atendimento. E mais do que isso, capacitar os nossos servidores. Nós ouvimos reclamações na defensoria, no primeiro juizado, no terceiro juizado, que fica em Jacarepaguá, de que os processos que são montados a partir das denúncias feitas pelas mulheres na delegacia não estão suficientemente instruídos. Isso dificulta o trabalho dos demais órgãos, dificulta o trabalho do juizado, dificulta o trabalho do Ministério Público, dificulta o trabalho da Defensoria Pública. Então, é preciso, além de ter profissionais, não só na Deam, mas em todas as delegacias, mas que sejam preparados e capacitados para que esses processos possam ser suficientemente instruídos, com todas as informações necessárias, informações corretas, com base na própria legislação, para que ele possa ter o prosseguimento adequado.

Ainda, por último, quero aqui fazer outra observação. É preciso que haja uma institucionalização das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Não dá para terceirizar serviços. É preciso que o Estado assuma o seu papel de protetor daquele que vai defender e que vai assegurar os direitos das mulheres de ter uma vida sem violência.

Então o Estado brasileiro, o Estado aqui do Rio de Janeiro precisam assumir o seu papel. Não dá para terceirizar serviços, não dá para ter contratações terceirizadas para que de fato o serviço seja prestado. É importante institucionalizar as políticas para que essas políticas possam ter garantia de permanência, e não haja interrupção caso o prazo de algum convênio seja esgotado ou que haja mudança de governo e possa ocorrer também interrupção do atendimento. É preciso ter uma política de fato de Estado de atendimento às mulheres em situação de violência.

Eram essas, Srª Presidente, as colocações que eu gostaria de fazer neste momento. Gostaria muito de agradecer a todas as pessoas que durante esses dias estiveram à nossa disposição, prestando todas as informações. Isso é muito importante porque esta CPMI tem o compromisso de elaborar um relatório que vai apresentar um diagnóstico nacional sobre a situação de violência em que vivem as mulheres. E, também, vai apresentar propostas, medidas para superação desses problemas.

Solicito agora à nossa Presidenta que já convide as autoridades para que possamos iniciar o processo de questionamento das pessoas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Passamos agora às autoridades, registrando que até o momento não se apresentou a representação do Secretário de Saúde.

Lamentamos profundamente a informação recebida pela Secretaria da CPMI do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que comunicou que não estaria presente e que não mandaria representação a esta CPMI. Eu espero e aguardo que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro compreenda as suas responsabilidades constitucionais perante uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e nos responda com a devida responsabilidade que o cargo lhe cabe e com o respeito que cabe a uma comissão do Congresso Nacional. (*Palmas.*)

Nós recebemos o comunicado do Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, que, por dificuldade de agenda neste exato momento, encaminhou a Drª Tércia Amoedo Silveira, Diretora do Departamento Geral de Polícia da Baixada, e a Drª Celia Silva Rosa, Delegada Titular da Deam – Rio, para representarem a Secretaria de Segurança. Eu gostaria que as duas se dirigissem aqui.

Como o tempo disponibilizado para cada instituição é de 20 minutos, as duas dividirão o tempo de apresentação.

Quero lembrar que temos um teto, até a 1 hora, porque haverá sessão normal, e teremos certo rigor no cumprimento do tempo estabelecido.

Eu queria lembrar também às entidades da sociedade civil que ainda não chegaram até nós os nomes das três representantes que farão exposição e que dividirão o tempo.

As duas poderão vir até a mesa. As senhoras terão que anotar as perguntas e as questões que a Relatora vai colocar. A disposição na mesa torna mais confortável a possibilidade de anotações e de respostas.

Nós acabamos de receber a informação de que estará representando a Secretaria de Saúde a Drª Mônica Almeida.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, para colocar as questões referentes à Secretaria de Segurança.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Primeiramente, quero lamentar que não haja a presença do Secretário de Segurança, porque as perguntas que nós teríamos para fazer... Nós já conversamos com a Delegada na diligência. Então, é ser repetitiva aqui. As questões que eu gostaria de perguntar seriam diretamente para o Secretário. Então, nem vou fazer as perguntas que eu gostaria de fazer para o Secretário.

Vou fazer primeiramente três perguntas. Depois, vemos as demais. De qualquer maneira, eu entendo que isso não vai resolver nosso problema aqui, hoje.

Bom, vou fazer três perguntas inicialmente: quantas delegacias e Núcleos da Mulher estão em funcionamento no Estado? Esses profissionais recebem capacitação permanente? Recebemos denúncias de que as mulheres são maltratadas nas delegacias. As mulheres recebem cópia das ocorrências registradas? Recebemos denúncia de que a Delegacia da Mulher do Centro não estaria fornecendo cópia dos boletins. Isso procede?

Então, a Drª Celia e a Drª Tércia? Está bom.

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Bom dia a todos; bom dia, Senadora. Meu nome é Tércia Amoedo. Estou representando a Secretaria, a Chefe de Polícia, a Drª Martha Rocha, que não pôde comparecer.

Com relação à primeira pergunta da Senadora – Quantas delegacias e Núcleos da Mulher estão em funcionamento no Estado? –, são 11 delegacias e 3 Núcleos no interior. Dessas 11 delegacias, nós temos uma em Niterói, uma em São Gonçalo, uma no centro do Rio, uma em Jacarepaguá, uma em Volta Redonda, Friburgo, Campo Grande e 4 na Baixada Fluminense: São João, Belford Roxo, Nova Iguaçu e Caxias.

Em Campos, há um Núcleo, e em breve será inaugurada a Delegacia da Mulher lá em Campos; em Petrópolis, nós temos um Núcleo, na própria Delegacia Especial de Atendimento à Mulher.

São essas as delegacias especializadas e os dois Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher.

Com relação à capacitação permanente, os profissionais, os policiais são capacitados mensalmente. Todos os meses, eles fazem um curso virtual. Esse curso, inclusive, além da capacitação em si, é um *plus* para que ele receba uma gratificação. Quem não for capacitado, no final do mês, não recebe a Delegacia Legal, que é uma gratificação especializada para a Delegacia Legal.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A Deam também recebe essa gratificação?

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Sim.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Todas as delegacias?

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Todas. Mesmo as delegacias que são tradicionais, muito embora não recebam essa gratificação da Delegacia Legal, também fazem a capacitação.

Com relação às denúncias de que são maltratadas nas delegacias. Todas as denúncias que chegam – o gabinete da Drª Martha Rocha, é um palco de recebimento de denúncias – a própria Drª Martha Rocha determina que imediatamente seja verificado se são procedentes ou não. Não falo só pelas DEAMs, porque meu departamento é a Baixada, mas eu também atendo as mulheres. Todas as denúncias são verificadas. Agora, o número de denúncias que chega à polícia é muito pouco, se considerarmos o quantitativo de ocorrências mensais, que vai em torno de 53, 55 mil ocorrências, por mês, em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Muitas vezes as pessoas são maltratadas. Pode ter acontecido isso, realmente, só que elas só reclamam e não vão buscar realmente o seu direito de serem bem tratadas, como qualquer cidadão tem que ser em qualquer órgão público.

Então, todas as denúncias que chegam são verificadas, mas, em razão do quantitativo de ocorrências, é muito pequeno o que chega. A demanda que chega de denúncia é muito pequena.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutora, o atendimento adequado é uma obrigação do Estado.

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Com certeza.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então, não é um mérito. É uma obrigação.

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Não tenha dúvida.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Nós ouvimos que, às vezes, as pessoas chegam para ser atendidas, mas a forma como são recepcionadas por alguns servidores é muito pejorativa, é como se aquela mulher que está ali para fazer a denúncia não estivesse falando a verdade, que vem para reclamar, como se fosse mais uma reclamação.

Então, esse tipo de informação nós recebemos inclusive da reunião com as mulheres.

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Não, não, eu não tenho dúvida disso.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Para efeito de notas taquigráficas, é necessário que registremos quem está falando. Para responder, com a palavra a Drª Tércia.

Nós vamos estabelecer uma dinâmica aqui. A Senadora Relatora não vai colocar toda a exposição, escutar toda a exposição, já que não foi possível ouvir o Secretário. Haverá um diálogo, neste momento, entre a Senadora Ana Rita e a Drª Tércia. Em seguida, entre a Senadora Ana Rita e a Drª Celia. Nós registramos.

Com a palavra a Drª Celia neste momento.

**A SRª CELIA SILVA ROSA** – Bom dia. Eu sou Delegada Titular da Deam Centro e vou responder com relação à pergunta número 3.

Após a Rio+20, foi feita uma recomendação de que se economizasse material, inclusive papel. Então, recomendei aos policiais que só forneçam a cópia do registro de ocorrência se houver uma necessidade expressa para aquele registro.

Quando a mulher é encaminhada ao Nudem, ela tem que levar a cópia. Quando existe uma necessidade de ela utilizar a cópia para qualquer outro tipo de ação, ação regressiva, uma ação de danos morais, eu permito que seja fornecida. Não estou fornecendo indiscriminadamente as cópias; é preciso que a mulher diga o motivo de ela necessitar da cópia. Se ela quiser tirar cópia por meios próprios, eu não proíbo. Eu proíbo que sejam emitidas pela delegacia, porque recebemos uma recomendação de economia de material.

Eu queria responder também a respeito do mau tratamento de que algumas mulheres reclamam. Só que às vezes elas saem da delegacia reclamando de um mau atendimento e não procuram a delegada titular ou o delegado titular ou a Corregedoria de Polícia, que é o órgão específico para receber reclamação de mau atendimento e de falha no trabalho dos policiais.

Às vezes, elas saem da delegacia e procuram a imprensa ou vão a outros órgãos. Elas têm que tentar resolver, procurando a delegada, porque ninguém recomenda que as mulheres sejam maltratadas; pelo contrário, nós recomendamos que as mulheres sejam bem tratadas – mulher ou qualquer outra pessoa que chegue a uma delegacia.

Então, se o policial ou qualquer outra pessoa que trabalhe num órgão público, de qualquer forma, cometer um erro no trabalho dele, o responsável pelo órgão tem que tomar conhecimento do que está acontecendo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Celia, responda-me uma questão. Com relação aos boletins de ocorrência, as mulheres dizem que não os recebem. Não é isso?

**A SRª CELIA SILVA ROSA** – Eu acabei de dizer por que agora nós estamos limitando essas cópias: nós recebemos uma recomendação da nossa chefe de polícia de economia de material. Se houver um motivo para que ela leve aquele boletim, aquela cópia, a delegacia vai fornecer. Indiscriminadamente, nós não estamos fornecendo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas não é um direito da mulher ter cópia do boletim de ocorrência?

**A SRª CELIA SILVA ROSA** – Mas ela pode, por meios próprios, tirar uma cópia. Eu não proíbo isso. A delegacia só não fornece com material nosso.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas como ela vai tirar por meios próprios? Ela pode sair da delegacia com o processo em mão para tirar cópia?

**A SRª CELIA SILVA ROSA** – Não. O registro de ocorrência ela pode receber, desde que ela deixe um documento para tirar uma cópia. Quando ela diz da necessidade da utilização daquela cópia, nós fornecemos.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E com relação aos homens, o procedimento é o mesmo?

**A SRª CELIA SILVA ROSA** – Também.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A mesma coisa?

**A SRª CELIA SILVA ROSA** – Também. Também.

A recomendação é de que todas as delegacias devem economizar material.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Porque nós ouvimos também que os homens recebem boletim de ocorrência e, depois, com base nesse boletim, eles solicitam cópia do boletim de ocorrência da queixa feita pela mulher. De posse desse boletim de ocorrência, eles fazem ameaças à mulher. Isso procede?

**A SRª CELIA SILVA ROSA** – Todo autor tem o direito de saber do que ele está sendo acusado. Quando fornecemos cópia do registro de ocorrência porque foi solicitada ou porque ele tirou a cópia, se for feita na delegacia, sai sem o endereço da mulher. Mas ele tem o direito de saber do que está sendo acusado. Ele é chamado à delegacia e tem de falar sobre o que é acusado.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu queria saber, se vocês puderem responder, sobre as delegacias de um modo geral. Nós tivemos informações, por exemplo, de que a Delegacia de São Gonçalo funciona de forma muito precária. Se vocês puderem responder quais são as reais condições dessa Delegacia de São Gonçalo...

**A SRª CELIA SILVA ROSA** – De mulheres?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Delegacia de São Gonçalo, de mulheres, que atende mulheres.

A Delegacia de Duque de Caxias, por exemplo, está localizada em cima de uma loja e não tem condições de atendimento adequado. Lá não há nem banheiro para as usuárias, que, ao buscarem atendimento, se quiserem ir ao banheiro, têm que ir a um outro comércio que fica do outro lado da rua.

A Delegacia de Volta Redonda, por exemplo, funciona no terceiro andar e não tem acessibilidade.

A minha pergunta a vocês: essas informações procedem? Se procedem, há medidas para superar esses problemas? Como estão pensando? Há alguma iniciativa para superação desses problemas?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pela ordem, Drª Tércia e, em seguida, Drª Celia.

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Senadora, com relação à Delegacia de São Gonçalo, está em obra; ambas as delegacias, tanto a 72ª DP, que é a distrital do Município, uma das distritais do Município de São Gonçalo, quanto a própria Delegacia da Mulher, estão em obra pelo Delegacia Legal. Há previsão de que, até julho do ano que vem, todas as delegacias tradicionais sejam inseridas no Programa Delegacia Legal, inclusive a Deam de São Gonçalo e a 72ª DP.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Porque, sobre essa de São Gonçalo, temos a informação de que está em obra há mais de 6 anos.

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Não sei se há esse tempo todo, mas está há bastante tempo. Só que essas obras do Delegacia Legal não estão associadas à Secretaria de Segurança; são diretamente ligadas à Casa Civil. Então, não temos esse acompanhamento. Só sabemos que há obras que estão demorando muito. Agora, se já há tanto tempo assim, eu não sei se há 6 anos, mas já há algum tempo.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então, as obras dessas delegacias estão sob a responsabilidade da Casa Civil?

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Sim. Do Governo do Estado.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não é a Secretaria de Segurança que tem...

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Não é a Secretaria de Segurança. Não, não, não.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então, vocês não teriam condições de responder essas questões?

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Posso dizer que está em obra a Delegacia de São Gonçalo. Deixe-me ver aqui. Volta Redonda, sobre essa falta de acessibilidade, eu não sei. Que tipo de acesso? Que tipo de acesso?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A acessibilidade é a seguinte: funciona no terceiro andar. Se uma mulher cadeirante chegar lá, ela terá acesso ao espaço, à delegacia?

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Olha só: ela é uma Delegacia Legal. Toda Delegacia Legal é projetada para ter esse tipo de acesso. Agora...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A informação que temos é de que ela não tem acessibilidade. Eu só quero saber se é real essa informação.

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Não, não, Senadora, não é Legal ainda. Essa Delegacia de Volta Redonda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – É Legal? (*Pausa.*)

Não tem...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – As denúncias nos informam que há um quadro desolador das delegacias da mulher. Eu gostaria de ouvir aqui como o Estado pretende resolver esse quadro de precariedade das delegacias. Se há previsão orçamentária para o próximo ano, qual é o planejamento para solucionar esses problemas; enfim, eu não sei se vocês têm condições de responder.

Há outra questão também: se há previsão de construção de Delegacia da Mulher em Campos.

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Há previsão, sim.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Há previsão?

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Há previsão.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Para quando?

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Já está sendo construída e, até julho do ano que vem... Ontem mesmo, tivemos uma reunião com a chefe de polícia, e ela repassou essa informação para a gente, de que o projeto do Governo, até julho do ano que vem, é de que todas as delegacias – todas – sejam inseridas no Programa Delegacia Legal.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Quantas delegacias estão previstas para construir até o ano que vem? Quantas delegacias de atendimento à mulher?

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Olha, de que eu tenha conhecimento, apenas a de Campos.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Específica de atendimento a mulher somente a de Campos?

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Sim. Porque lá não existe; ela vai ser criada. As outras já existem, mas são tradicionais: a de Nova Iguaçu, a de...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – E essas de São Gonçalo, Duque de Caxias e Volta Redonda?

**A SRª TÉRCIA AMOEDO SILVEIRA** – Sim, não são Legais; serão Legais, serão incluídas.

A de Duque de Caxias é Legal, mas eu acredito que ela seja incluída no mesmo prédio da Delegacia de Duque de Caxias, que vai entrar em obra. A construção do Delegacia Legal vai ter início, o mais tardar, em janeiro. É provável, não tenho certeza de que a Delegacia de Caxias passa a fazer parte do novo prédio também.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Há algumas questões aqui que estão relacionadas à política das UPPs. Nós recebemos informações, denúncias das mulheres, de que elas estariam sofrendo, como eu disse, com intervenção abusiva de alguns policiais nas comunidades. As mulheres estão sofrendo certo constrangimento porque são abordadas dentro de casa de forma abusiva. Então, eu gostaria de ouvir de vocês qual a política da Secretaria de Segurança para prevenir esses abusos por parte de alguns policiais, nessa abordagem a mulheres. São mães de jovens, de adolescentes que, por várias razões, estão envolvidos com o tráfico. E essas mães são abordadas de forma abusiva, de forma a trazer constrangimento para essas mulheres. A Secretaria de Segurança tem uma política com relação a isso, no sentido de evitar que alguns policiais tenham esse tipo de comportamento?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra a Drª Celia, para responder os questionamentos da Senadora Ana Rita.

**A SRª CELIA SILVA ROSA** – Na verdade, eu não tenho como responder isso, porque Polícia Militar é um outro comando. Existe um comandante geral, e nós não temos como ter ingerência sobre isso.

Toda denúncia que chega à delegacia, seja contra policial ou não, nós procedemos.

Eu queria também falar a respeito da Deam Centro. Lá também não há elevador. Vocês visitaram e viram que não há elevador lá, mas, quando há alguma mulher com dificuldade de subir escada, eu determino que o policial a atenda no andar de baixo. Agora, quanto à Secretaria de Segurança, não temos como informar.

Se a mulher chegar à delegacia e fizer um registro... Mas eu não tenho nenhum registro de mulher maltratada em UPP; nenhuma procurou a Delegacia da Mulher do Centro. E há várias UPPs na nossa circunscrição.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Srª Presidente, eu quero aqui aproveitar para agradecer a presença das duas delegadas e dizer que nós vamos convocar o Secretário de Segurança para que possa responder todas as questões. (*Palmas.*) Porque são várias as questões aqui, inclusive questões de orçamento da Secretaria de Segurança, questões relacionadas a alguns processos de inquérito policial. Então, nós vamos convocar o Secretário, para que ele possa nos prestar essas informações.

Eu quero aqui agradecer a presença das duas Delegadas, a Drª Tércia e a Drª Celia, que prontamente vieram, mas, infelizmente, as questões não são da alçada, da competência delas, então, não podem ser respondidas.

Era isso, Srª Presidente.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Esta Presidência agradece a disposição da Drª Tércia e da Drª Celia de aqui comparecerem, cujas presenças não foram informadas com antecedência, essas representações, e, por isso, nós compreendemos como uma deferência delas às pessoas aqui presentes. E será aprovado o requerimento de convocação do Secretário de Segurança.

Nós passaremos, agora, a palavra à representante da Secretaria de Saúde, Drª Mônica Morrissy Martins Almeida, Subsecretária de Atenção à Saúde, que nós convidamos para estar aqui presente.

Enquanto ela se dirige à mesa, nós gostaríamos de registrar e agradecer a presença da Drª Adriana Mota, Coordenadora Executiva da Superintendência de Direitos da Mulher do Rio de Janeiro; do Dr. Fábio Brasil, Defensor Público, Chefe de Gabinete da Defensoria Pública; da Drª Emanuelle Gangoni, Defensora Pública; da Marilúcia Alves, Secretária Executiva do PMDB; da Kátia Lôbo, Presidente Estadual do PMDB Mulher; da Ana Maria Rocha, Presidente Estadual do PCdoB; da Sônia Latge, Presidente Municipal do PCdoB; da Ângela Maria dos Santos Alves, Secretária Geral do PMDB Mulher; da Josely Cerqueira, Secretária dos Direitos da Mulher de Teresópolis; da Siomara Santos, Superintendente da Superintendência da Mulher de São João do Meriti; do Presidente do Conselho da Mulher; Teresa Pezza, Delegada de Polícia de Nova Iguaçu; Rosangela Demetrio de Moraes, Delegada titular da Delegacia de Belford Roxo; Susana Cabral, Secretária Executiva do Cedim – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Ângela Fontes, da Superintendência dos Direitos da Mulher e Presidenta do Cedim; Beatriz Goldenberg, Assessora da Presidente; Vereadora Tânia Bastos, da Comissão da Defesa da Mulher da Câmara Municipal; Aurian Fernandes, Delegada da Delegacia da Mulher de Caxias; Drª Débora Rodrigues, Delegada da Delegacia da Mulher de São Gonçalo; Leda Maria Nogueira, da OAB Mulher do Rio de Janeiro.

Nós agradecemos a presença de todos e a colaboração com a CPMI.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, para dirigir os seus questionamentos à representante da Secretaria de Estado da Saúde.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Antes de fazer os questionamentos à Subsecretária, Drª Mônica, eu quero também aqui, Presidenta, confirmar a nossa posição de convocar o Presidente do Tribunal de Justiça aqui do Estado, porque é inadmissível que esta CPMI venha ao Estado, fique aqui durante 3 dias, ouvindo servidores, autoridades que estão atuando nos equipamentos, e o Tribunal de Justiça não comparece, não se justifica e não envia representantes. Eu acho que é um desrespeito a esta Comissão... (*Palmas*.)

Esta Comissão tem rodado o País inteiro, tem sido ouvida pelos Tribunais de Justiça de todos os outros Estados que visita. Inclusive, em alguns Estados, o próprio Presidente do Tribunal se faz presente, permanecendo durante todo o tempo da audiência pública. Já, aqui, nem sequer temos uma justificativa, nem sequer se enviou alguém para representar o Presidente do Tribunal de Justiça. Então, dessa forma, nós vamos também convocar o Presidente do Tribunal de Justiça. (*Palmas*.)

Eu vou iniciar dirigindo à Drª Mônica duas perguntas que são gerais. Não as dirigi às nossas delegadas aqui porque, possivelmente, não teriam condições de responder. Contudo, em função do papel que elas exercem, do espaço que elas ocupam, deveria ser o Secretário a respondê-las, mas eu vou perguntar aqui à Subsecretária, que, acredito, poderá nos ajudar respondendo a essas questões. Depois, eu entro nas questões mais específicas.

Primeiro, Drª Mônica, o que as autoridades aqui presentes, tanto do Poder Executivo como – infelizmente do Poder Judiciário nós não temos –, do Ministério Público, da Defensoria Pública, de forma individual ou coletivamente, estão fazendo para diminuir a letalidade contra as mulheres e as demais violências contra as mulheres?

Repito: do ponto de vista da Secretaria Estadual de Saúde, o que vocês avaliam que pode ser feito, individual ou coletivamente, para reduzir a letalidade contra as mulheres?

A outra questão é relacionada ao orçamento.

Qual o orçamento para as ações específicas, no caso da saúde, para o enfrentamento à violência contra as mulheres no ano de 2012 – orçamento atual? O que está previsto para 2013 em termos de políticas públicas no enfrentamento à violência contra as mulheres?

Essas são sãs duas perguntas de âmbito mais geral. Eu vou fazer as demais, e a senhora, que já está com elas em mão, poderá, na sua fala, ir respondendo.

Há uma pergunta sobre a notificação compulsória.

Qual a abrangência da notificação compulsória da violência doméstica e sexual conta mulheres aqui no Estado do Rio de janeiro? Ela está informatizada?

(*Exibição de vídeo.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Se quiser iniciar pela sua exposição mais abrangente para dar as informações, disporá de até 20 minutos para a exposição e respostas às questões da Senadora.

**A SRª MÔNICA MORRISSY MARTINS ALMEIDA** – Bom dia a todos aqui presentes neste plenário. Sou hoje Subsecretária de Atenção à Saúde. Sou médica, meu nome é Mônica Almeida e represento a Secretaria Estadual de Saúde. O Sr. Secretário me solicitou especificamente que estivesse aqui, hoje, para atender ao chamado da CPMI e fazer os relatos que a Saúde tem a fazer.

A Secretaria Estadual de Saúde tem hoje uma característica muito peculiar no Estado do Rio de Janeiro, um pouco diferente dos outros Estados da Federação porque é uma Secretaria muito prestadora de serviços. Ela possui um grande parque de hospitais de urgência e emergência e unidades de pronto atendimento, que lhe dão um perfil de prestador de serviços e também de gestor de sistema de saúde.

No âmbito da Secretaria Estadual de Saúde, especificamente na Subsecretaria que comando neste momento, a Subsecretaria de Atenção à Saúde, temos uma Superintendência de Atenção Básica e, nessa Superintendência, áreas técnicas de saúde da mulher criança e adolescente e uma área técnica específica de enfrentamento à violência. Essas duas áreas vêm se dedicando, ao longo dos últimos anos, a trabalhos em parceria com outras instituições. Por exemplo, o Sudim, é um parceiro regular e de trabalhos conjuntos, que pertence à Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos. Temos parceria também com demais estruturas universitárias e do próprio Executivo e temos trabalhado parcerias internas e externas à Secretaria Estadual de Saúde.

Respondendo a essa primeira questão, ou seja, o que a Secretaria Estadual tem feito para reduzir a letalidade contra as mulheres e demais violências, eu gostaria de destacar alguns pontos que são bem pertinentes à questão da saúde no seu aspecto mais próprio e singular.

Temos, no âmbito do Estado do Rio, uma iniciativa de serviços especializados na atenção às mulheres vítimas de violência, que é um serviço chamado SOS Mulher. É um serviço considerado altamente especializado. Hoje temos apenas um serviço em funcionamento, mas existe uma programação de implantação de mais dois serviços ao longo de 2012/2013. São serviços multiprofissionais. O serviço que hoje está em funcionamento está no Hospital da Mulher, no Município de São João de Meriti, que é o Hospital Estadual Heloneida Studart, um hospital voltado para a saúde da mulher. Lá dentro, funciona um núcleo de SOS.

Mas o fato é que as ações prioritárias para enfrentamento, hoje, da violência passam não só pela questão dos serviços propriamente ditos, mas uma tradição de implantação da violência no Estado. As áreas técnicas específicas do enfrentamento à violência vêm se dedicando, nos últimos anos do seu trabalho – e são áreas técnicas bastante consolidadas no Estado – ao treinamento e capacitação de profissionais de saúde em todos os municípios do Estado para implantação da ficha de notificação de violência VIVA. Então, esse é um ponto específico da saúde.

Há investimento no funcionamento, na implantação, no Estado do Rio de Janeiro, da Rede Cegonha. É uma rede de proteção e apoio às mulheres grávidas, com acompanhamento aos seus bebês até 24 meses. É um projeto do Ministério da Saúde, como a Senadora deve conhecer. E o Estado do Rio vem trabalhando firmemente na implantação da Rede Cegonha, especialmente nas Regiões Metropolitanas I e II, que estão ao lado de Niterói e de demais Municípios, Rio de Janeiro e Baixada Fluminense.

Acreditamos que essa iniciativa tenha impacto bastante importante na medida em que trabalha diretamente com a qualificação da atenção à mulher no seu momento de gestação, parto e puerpério, porque muita violência também ocorre no momento do parto. Então, a Rede Cegonha é uma iniciativa da Secretaria Estadual de Saúde, de múltiplas parcerias, mais especificamente do Programa de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente, que vem hoje tocando esse trabalho com todos os Municípios envolvidos. Nossa perspectiva é de, até 2014, termos implantado em todas as regiões do Estado, que são nove, a Rede Cegonha, que tem caráter regional.

Bom, a temática da violência é multidisciplinar, intersetorial, e a saúde faz parte disso, num conjunto de política com os demais membros do Poder Executivo, membros do Ministério Público, e temos sido regularmente chamados a nos pronunciar com relação a essa questão. Então, a Rede Cegonha nos parece uma estratégia bastante importante, porque não só é saúde da mulher gestante, mas também políticas de saúde reprodutiva, autonomia da mulher e educação em saúde lhe dão e lhe conferem maior autonomia.

Hoje, estamos organizando internamente trabalho de enfrentamento à violência contra a mulher, estreitando parcerias entre essas áreas técnicas, e, quando a Senadora coloca a disparidade entre o número de registros de casos de violência e as notificações – aqui atribuímos essa diferença considerando que todos os Municípios foram treinados –, isso nos causa a impressão de que existem ainda dificuldades culturais e técnicas para capilarização dessa informação.

Nós podemos identificar representantes de todos os Municípios de Estado como tendo sido treinados para a notificação, mas outras questões se apresentam como temor ao enfrentamento ao agressor, como a falta, muitas vezes, de respaldo de segurança tem sido uma das questões alegadas para a não notificação. Nós entendemos que, além de implantação da notificação, o trabalho de fortalecê-la e ampliá-la é um trabalho regular e persistente e permanente.

Então, a informação precisa ser estimulada e precisa ser ampliada. Temos consciência disso.

Essa estratégia de que estávamos falando, de estreitar a parceria internamente na Secretaria Estadual de Saúde, inclui também a área da humanização na estrutura estadual. Temos uma Coordenação de Humanização na Secretaria Estadual de Saúde, e os fatos e as situações que têm vindo ao conhecimento da gestão, especificamente vindas das portas de urgência e emergência, nos levaram a chamar esses profissionais para, trabalhando juntos, focalizarmos a atenção no treinamento dos profissionais das portas de entrada de urgência e emergência.

Considerando que o número de serviços especializados ainda é insuficiente para a cobertura, minimamente, da Região Metropolitana, que é a nossa região mais densamente populosa no Estado do Rio de Janeiro, foi entendido por essas equipes que o treinamento, a capacitação e o fortalecimento dos profissionais de atendimento em urgência e emergência seriam uma estratégia nesse momento de possibilidade de ampliação do escopo dos serviços.

Então, enquanto se organizam serviços especializados... Porque essa experiência do SOS Mulher, Senadora, foi muito exitosa; foi uma experiência que demonstrou que serviços multidisciplinares dentro de hospitais de urgência e emergência são positivos e favoráveis, mas precisamos expandi-los, e isso requer investimentos, dos quais falaremos mais adiante.

Então, neste momento, para a rede de urgências do Estado, minimamente, hoje, estamos trabalhando com as unidades próprias do Estado, que são de urgência e emergência – 7 unidades – e 40 UPAs.

Pretendemos, então, que todas essas portas de entrada tenham ciência do instrumento de notificação e saibam trabalhar e abordar as mulheres que ali procuram auxílio e ajuda, assim como esses serviços devem ser criados porque essas mulheres – e o SOS demonstrou isso – precisam ser acompanhadas ao longo do tempo. Muitas vezes, elas precisam utilizar medicamentos antirretrovirais, medicamentos para as DSTs, têm problemas e graves traumas psicológicos e precisam ser acompanhadas nos serviços. É fato que a gente precisa mesmo investir em serviços que possam responder a essas demandas. Então, estruturando as portas de entrada pretendemos sensibilizar o sistema para perceber, acolher, perder o temor, vamos dizer assim, e tornar essa captação e esse atendimento uma estratégia profissionalizada.

Não se trata somente de empatia com a questão da mulher, que todos os profissionais têm, mas superar a questão do “o que eu tenho a ver com isso?”. Profissionais de saúde têm tudo a ver com isso, e nós sabemos que, tanto com relação às mulheres quanto com relação às crianças, as dificuldades são muito semelhantes para que os profissionais de saúde façam, então, a notificação do caso. Isso os envolve na questão, e eles precisam estar preparados para saber que isso é um papel que lhes cabe também profissionalmente.

Também no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde, entendemos que não é possível a criação de serviços isolados. Nós, que somos da saúde pública, falamos em rede; nosso trabalho é em rede, nosso apontamento, nossa direção é para trabalharmos em rede. Sabemos que unidades isoladas não produzem cuidados de qualidade continuada. Portanto, entendemos que as parcerias com as delegacias de mulheres, com as estruturas da assistência social, com o Sudim (Superintendência dos Direitos da Mulher) e com os próprios Municípios em suas estruturas específicas – porque muitos serviços existem também no âmbito municipal, independente do Estado – devam ser uma direção e um norte para o trabalho da Secretaria, para o Executivo como um todo. Mas a Secretaria de Saúde se insere aí, disponível para a parceria e para trabalhar em conjunto com todos os demais órgãos.

Bom, quanto ao orçamento para as ações específicas, eu não vim preparada exatamente com esses números. Mas o que temos hoje? O planejamento e a programação da implantação de serviços, recursos para capacitação de profissionais de saúde, para definirmos estratégias, trabalharmos as estratégias nas unidades das quais falamos.

Então, se me permitem, posso enviar-lhes posteriormente números mais precisos, sob o risco de falar alguma coisa aqui não correta.

Se os profissionais recebem capacitação, já dissemos. Achamos também que ela é nosso caminho neste momento prioritário: capacitar profissionais o máximo possível, de equipes multiprofissionais. Se fizermos isso hoje na rede de urgência do Estado, já estaremos alcançando um quantitativo significativo de...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Mônica, só para informá-la de que esses dados com relação a orçamento, a CPMI dá o prazo de uma semana para que vocês possam enviar para a Comissão. Então, dentro de uma semana, nós queremos receber isso em Brasília.

**A SRª MÔNICA MORRISSY MARTINS ALMEIDA** – Sim, senhora. Quantos serviços de abortamento legal existem no Estado e como é o acesso das mulheres a esse serviço?

Bom, o Estado não possui nenhuma maternidade neste momento, ou serviço de ginecologia obstetrícia que faça abortamento legal. Está previsto numa maternidade que inauguramos recentemente em Mesquita. Mas, como ela está em processo de implantação, ainda não está concluída essa atividade.

A informação que nós da saúde do Estado temos é de que nos Municípios do Rio de Janeiro, a maternidade que hoje assume o trabalho e a tarefa e executa também com dificuldades internas é a Maternidade Municipal Fernando Magalhães, que acolhe e se responsabiliza. Quando não são os próprios médicos por objeções éticas que se recusam a fazê-lo, algum profissional da chefia de equipe se ocupa e assume a responsabilidade pelo procedimento.

Nós sabemos que esse é um enfrentamento também bastante difícil, não só da questão da orientação para as mulheres com relação à questão do abortamento, mas serviços que assumam a execução e a realização desse procedimento.

Eu queria destacar o papel da Fernando Magalhães, que é uma maternidade muito antiga no Município do Rio de Janeiro. Ela é referência no Estado...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas, Drª Mônica, nós recebemos uma informação da Maternidade Fernando Magalhães e gostaríamos de saber se procede essa informação. Porque, se procede, nós avaliamos como muito séria.

Há uma psicóloga que exige que a mulher escreva uma carta ao feto. Uma mulher que está por passar por um procedimento de aborto, por alguma razão, a psicóloga que faz o atendimento exige que ela escreva uma carta ao feto. A senhora tem conhecimento desse caso?

**A SRª MÔNICA MORRISSY MARTINS ALMEIDA** – Não, Senadora, eu não tenho conhecimento desse fato, até porque o hospital maternidade é municipal e é gerenciado pela Secretaria Municipal de Saúde. O que eu tenho conhecimento é de que os procedimentos são executados no Fernando Magalhães, de que existem objeções éticas, mas acredito que seja necessário escutar o Município do Rio de Janeiro, que certamente terá informações qualificadas, porque a unidade pertence à rede municipal.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Então, a CPMI vai fazer um pedido de informações a essa maternidade, para saber se esse fato é real. Porque, na nossa leitura, ao ouvir o fato, nós entendemos que é um procedimento da psicóloga, talvez uma metodologia que ela utiliza, que, na nossa avaliação, não é correta. É um sofrimento para aquela mãe já ter a perda da criança, e ainda ter que fazer uma carta para o feto é um sofrimento ainda maior. Então, acho que isso não procede e, na nossa avaliação, isso não deveria existir. Mas nós queremos saber se isso é real, e, se for real, que a maternidade realmente tome alguma providência com relação a isso.

Então, nós vamos formalizar essa informação para a Maternidade Fernando Magalhães.

**A SRª MÔNICA MORRISSY MARTINS ALMEIDA** – Sim.

Bom, por último aqui, o *kit* de prevenção da Sida, se está distribuído em todos os Municípios do Estado, sim. Esta é uma responsabilidade estadual: a distribuição dos medicamentos antirretrovirais e para a pílula do dia seguinte e os procedimentos que são necessários quando as mulheres sofrem violência sexual e são atendidas no âmbito das emergências. Então, os medicamentos são distribuídos pela Secretaria Estadual de Saúde para todos os Municípios.

Não posso afirmar, Senadora, no entanto, que ele esteja disponível nas emergências para serem fornecidos. Acho que esse também é um trabalho que será atingido pelo treinamento dos profissionais na urgência e emergência à medida que o insumo não me parece ser o problema principal. O problema principal é, de fato, os profissionais de saúde se sentirem seguros, treinados e sensibilizados para atendimento às mulheres que ali procuram.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Bom, eu me dou por satisfeita.

Quero agradecer a Drª Mônica Almeida. Da minha parte, está tudo bem.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Mônica, nós agradecemos sua presença.

Nós gostaríamos de ter conosco as informações registradas para que a CPMI... Drª Mônica, nós gostaríamos de ter registradas as notas taquigráficas e de que nos fosse enviado o relatório dessas informações; e as informações ainda não registradas, a Senadora já se referiu, nós temos um prazo de até uma semana para tê-los.

Agradecemos e passamos agora a escutar a nossa última representante do Poder Executivo, que é a Maria Célia Vasconcelos, Subsecretária Executiva da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos.

Enquanto a Subsecretária se dirige aqui, nós registramos a Rosângela Oliveira, Subsecretária da Secretaria de Direitos Humanos de Belford Roxo; Terezinha Lameira, da Coordenadoria Especial de Promoção da Política para Igualdade de Gênero da Prefeitura do Rio de Janeiro; Nanci Rodrigues, da União Brasileira de Mulheres, carioca; a Vereadora Odisséia Carvalhos, do Partido dos Trabalhadores; Daniela Pedras, Diretora Presidente do Rio Solidário e Coordenadora Especial de Projetos Sociais da Secretaria de Estado da Casa Civil; Maria Angélica, Presidente do Grupo Tia Angélica; Maria Celina, equipe de festa do Grupo Tia Angélica; Glícia Nick de Oliveira, do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da capital, juíza titular, a quem cumprimentamos por representar aqui o Poder Judiciário, já que o Tribunal de Justiça não nos indicou – cumprimentamos a presença da doutora; Viviane Mello, psicóloga do Ciam – Baixada; Cátia Cruz, Presidente do PMDB Mulher do Rio de Janeiro; Marília Corrêa Silva, assistente social do Tribunal de Justiça, também a cumprimentamos.

Na próxima, nós continuaremos registrando as pessoas aqui presentes.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita, para que ela possa... Parece-me, agora, que há duas representações. Eu gostaria que fosse dito o nome, para que possamos registrar. Além da Drª Maria Célia...

**A SRª ANGELA FONTES** – Sou Angela Fontes, Superintendente dos Direitos da Mulher, na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós passamos a palavra à Senadora Ana Rita, para os questionamentos, e as duas dividirão o tempo de até 20 minutos para suas exposições.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Célia, primeiramente, nós gostaríamos de saber qual o orçamento para a realização das políticas específicas de atendimento às mulheres; orçamentos destinados à Secretaria e também numa ação integrada, articulada com outras secretarias. Que orçamento as políticas para as mulheres dispõem para sua execução? Como está a execução do Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher aqui no Estado do Rio de Janeiro?

Sabemos que o Rio de Janeiro é signatário desse Pacto, assinou a pactuação com o Governo Federal, por meio da SPM. Como está a execução do Pacto aqui no Estado?

Qual a política para os Centros de Referência Especializados para as Mulheres e os Cras e os Creas? Como se dá essa articulação? Qual é a política que está sendo desenvolvida para os Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher e também os Cras e os Creas da Assistência Social? Quantos Centros de Referência há no Estado e qual a sua abrangência?

Em diligência ao Centro Integrado de Atendimento à Mulher, constatamos que há uma precariedade na prestação do serviço por falta de material básico para seu funcionamento, como copos descartáveis. Qual o recurso destinado ao serviço? Há previsão de reestruturação?

E, ainda, se a senhora pode falar um pouco sobre o atendimento, o público atendido; como está o atendimento também nesse centro integrado.

Também, com relação à Casa Abrigo, nós estivemos lá ontem, pela manhã, e vimos que há uma estrutura excelente, embora haja rachaduras na parede. Há um convênio com uma entidade não governamental. O que dificulta a sua institucionalização como política? O contrato com os profissionais termina agora no dia 30 de novembro, e não há previsão de continuidade. Também há contrato com fornecedor de alimentos que termina agora também, no dia 23 de novembro.

Então, diante desses fatos todos, de contratos firmados já prestes a serem concluídos, qual é a avaliação, o que pensa a Secretaria sobre essa situação de fragilidade no atendimento da Casa Abrigo? Embora reconhecendo que tem uma equipe dedicada, uma equipe esforçada, mas também que é preciso ter uma institucionalização dessa política. O funcionamento hoje é fruto muito mais de um convênio com uma entidade não governamental, que tem convênios também de prestação de serviços que estão prestes a vencer. Então, qual é a avaliação que a senhora faz dessa situação da casa abrigo?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Subsecretária Maria Célia.

**A SRª MARIA CÉLIA VASCONCELOS PUCU** – Bom dia para todos.

É uma grande honra estar aqui neste plenário com as companheiras e principalmente com duas Senadoras que nos orgulham muito e com duas Deputadas que também nos orgulham muito. É fruto de toda uma luta termos representantes mulheres no Parlamento. Isso, para nós, é um prazer.

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos é relativamente uma estrutura nova. Eu queria um pouco trazer essa questão para que a senhora pudesse entender como estamos hoje. Essa Secretaria já teve diversas denominações, já foi Secretaria de Ação Social. Enfim, agora ela passou a ter uma organização mais robusta, em que os nossos serviços, a maior parte da nossa proposta de trabalho hoje é a questão da regionalização e da descentralização. Nós temos um Município, o Rio de Janeiro, que é forte, que tem uma rede forte, mas nós precisamos dar também cobertura a todas as regiões do Estado, principalmente porque estão acontecendo, em todo o Estado, grandes movimentos do ponto de vista econômico e grande mobilização populacional.

Eu destacaria a Angela, que é Superintendente de Direitos da Mulher, e lembraria da equipe toda, inclusive há uma coisa que eu preciso falar aqui publicamente, pois talvez as Senadores não têm conhecimento, as Deputadas eu sei que têm: essa equipe teve um papel preponderante no momento das grandes inundações da região serrana. Nós fizemos um trabalho de combate à violência contra a mulher e à criança, e esse grupo esteve em todos os Municípios, fiscalizando os abrigos, acompanhando, dando apoio às famílias e, mais do que isso, orientando para que as famílias não se desmantelassem mais. Então, é um tributo a essa equipe.

Logo a seguir, quando conseguimos nos organizar, porque isso tomou a metade do ano, esse grupo fez uma linha inicialmente voltada à questão da violência. Foi todo um trabalho executado no sentido de reforçar essa linha. Então, nós buscamos incentivar e apoiar todos os Municípios. Eu percebo aqui a presença de várias coordenadorias municipais. Tem sido um esforço muito grande criar esse vínculo, porque a visão da violência na cidade e nos Municípios é muito diferenciada. Nós sentimos que era muito importante que conseguíssemos atingir o Estado como um todo.

Eu destacaria, talvez como grandes avanços que conseguimos ter este ano, o aprofundamento da discussão da violência um acordo com a Uerj para pesquisa e para uma linha de aperfeiçoamento. A Uerj fez para nós uma seleção – eu tenho aqui uma cópia e depois mandarei uma cópia de como é feito o contrato –, um contrato pelo prazo determinado de cinco anos. E esse grupo que estava na Casa Abrigo Lar da Mulher, no Ciam, enfim, esse grupo passou a ter uma condição de trabalho regular com essa seleção pública, inclusive tenho aqui comprovantes de descontos do Imposto de Renda, do Fundo de Garantia, de todos os direitos: férias, licenças, inclusive, licença-maternidade. Isso nos deu muito mais operacionalidade.

Nós estamos em uma área muito complexa, que é a Baixada, mas podemos considerar que tivemos avanços nos Municípios – acho que a Angela pode complementar a minha fala com essa informação. Nós realizamos inúmeras capacitações, e a Casa Abrigo – estou tentando fazer um histórico, Senadora, de como a Secretaria está andando como um todo... Entregamos todos os carros, conseguimos licitar, capacitar os Municípios do interior com carros, coisa que havia muitos anos estava pendente. Construímos, finalmente, a Casa Abrigo em São Gonçalo, com um recurso que estava sendo devolvido à Secretaria de Mulheres. Nós recuperamos e reaplicamos o recurso, investimos o recurso estadual, e a casa está pronta. Foi feito um convênio de gestão com o Município de São Gonçalo e nós estamos aguardando a abertura formal da casa. Eles estão licitando alguns equipamentos, alguns materiais, porque, pela análise das nossas equipes, esses dois abrigos atenderiam ao Estado como um todo. Essa é a avaliação da nossa equipe da Sudim.

Realizamos também uma discussão sobre como localizar as equipes de questões... Esse é um ponto que ainda estamos discutindo. Como a Secretaria ainda é muito jovem, ainda não tem pessoal próprio. Nós fizemos uma seleção pública que está sendo finalizada e vamos fazer um concurso público no próximo ano.

Então, nós temos sob a responsabilidade da Secretaria na área de direitos humanos as ações específicas por gênero, por etnia. Portanto, estão conosco mulheres, crianças, jovens, juventude, LGBT. Enfim, a Secretaria criou, então, uma câmara técnica como mecanismo que consideramos o mais resolutivo não só para discutir questões específicas, mas para capilarizar ações intersetoriais, porque sentimos uma dificuldade muito grande da compreensão da intersetorialidade. Isso fragiliza muito, porque, às vezes, na defesa de uma linha de trabalho, você fecha muito, não troca, e o coletivo não se fortalece. Então, esta ação foi muito importante: a criação de uma comissão intersetorial. Em certo período, havia uma pessoa da Secretaria Executiva fazendo uma secretaria geral e hoje a Câmara Intersetorial faz uma espécie de autogestão. Nesse momento, se não me falha a memória, a Angela é responsável pela Câmara Técnica, é a Coordenadora *ad hoc* da Câmara Técnica.

Isso foi muito importante, porque permitiu a aproximação de equipes que, mesmo trabalhando juntas, não tinham ainda um trabalho integrado. Então, nós fizemos um trabalho muito grande com a nossa equipe de Territórios, que trabalha nas UPPs, com uma equipe muito forte que trabalha com juventude e... Qual foi a outra, Angela? A minha memória está um pouco curta.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Queria lembrar que resta, para a complementação do tempo, para a Srª Angela Fontes até 8 minutos.

**A SRª MARIA CÉLIA VASCONCELOS PUCU** – Então, eu vou parar porque a Angela tem muito mais conteúdo específico do que eu. E ela está me lembrando a questão dos idosos.

Então, de certa maneira, nós estamos em processo de construção, na Secretaria, de um trabalho integrado e mais entrosado. Acho que a Angela pode tecer mais detalhes, e a gente tem o que for possível de resposta.

Eu queria só pedir um reparozinho: certamente, por algum equívoco de encaminhamento, nós não recebemos a convocação formal. Mas estou aqui representando o Secretário Claret, e estamos totalmente disponíveis para qualquer contato.

Obrigada.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Inclusive, Srª Presidenta, quero aqui fazer um registro: acho que houve realmente um problema. Não sabemos por que, mas realmente a Secretaria não recebeu a comunicação. No entanto, queremos agradecer a presença tanto da Maria Célia como da Angela, por estarem falando em nome da Secretaria, embora o convite não tenha chegado, por alguma razão administrativa da CPMI.

**A SRª MARIA CÉLIA VASCONCELOS PUCU** – Mas é um dever nosso.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu imagino que tenha sido encaminhado, mas algum problema aconteceu nesse percurso.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Srª Angela, que disporá de até 8 minutos para concluir essa fase da exposição.

**A SRª ANGELA FONTES** – Muito obrigada. É uma honra estar aqui nesta mesa, recebendo a CPMI da Violência contra a Mulher.

Eu vou ser bastante específica nestes 8 minutos. É claro que todo crescimento que a política para as mulheres teve no Estado do Rio de Janeiro é resultado do conjunto dos movimentos sociais e dessa relação bastante próxima que tem com a Sudim, a Superintendência.

Especificamente respondendo às questões que estão aqui, o orçamento para a realização dessas políticas é bastante colocado com relação ao orçamento do Estado, em torno de R$1 milhão, mais o que vem da Secretaria, os convênios firmados com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, em torno de R$5 milhões – R$8 milhões, desde o seu início, em 2008. Atualmente, para 2013, nós temos cerca de R$5 milhões em convênios para serem executados e mais R$1 milhão do orçamento próprio do Estado.

Com relação às políticas para a execução do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, sem dúvida o crescimento que houve no número de serviços – hoje em dia, aqui no Estado nós temos 33 serviços especializados – ocorreu pela interiorização do Pacto. Foi o que fez com que isso ocorresse. Então, esse foi o espraiamento dado pelas ações do pacto.

Vale registrar que o Estado do Rio de Janeiro foi o primeiro Estado a assinar o Pacto. E nós estamos nesse momento de repactuação. Então, temos um momento de transição, em que o pacto, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, tem uma nova conformação, em que todos os integrantes dessa rede, tais como Saúde, Segurança e tudo o mais vão ter que dizer quanto de recurso está sendo investido na política para as mulheres. É este o momento em que nós estamos, para que o Governo venha assinar o Pacto.

Nós estamos com a gestora estadual do Pacto, Adriana Mota, que é quem está bastante à frente dessas nossas articulações com a Secretaria.

Os centros de referência são 33, são regionais. Temos muita vulnerabilidade nas regiões Norte e noroeste, porque não temos centros, serviços. E no Município de Campos foram fechados dois serviços. A questão são os serviços que estão fechados.

A questão da nossa política entre Cras, Creas, quer dizer, políticas de assistência social e a política para as mulheres é algo sobre o que temos de ter bastante clareza e discussão no sentido de que há necessidade da formalização de uma política para as mulheres, num cofinanciamento entre Governo Federal, Governo estadual e Governo municipal, de modo que os prefeitos tenham possibilidade de manter os Centros Integrados de Atendimento à Mulher da mesma forma que possuem recursos, nesse cofinanciamento tipo Sistema SUS, para financiar o Cras e o Creas.

E, fechando as duas últimas perguntas...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Angela, antes um pouquinho.

**A SRª ANGELA FONTES** – Sim, Senadora.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Você falou que alguns serviços estão sendo fechados.

**A SRª ANGELA FONTES** – Estão.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – São serviços estaduais ou municipais?

**A SRª ANGELA FONTES** – Municipais. São serviços municipais. Inclusive, nós tivemos... São cinco serviços os que foram fechados, dois em Campos, um em Barra Mansa, um – eu tenho a cola aqui – em Quissamã e um em Três Rios. Foram esses os serviços fechados. Enfim, foram fechados por questões dos Municípios, que não têm como mantê-los, segundo as prefeituras. Agora, certamente, é uma priorização da política. Todos nós sabemos que os recursos são curtos, e a gente prioriza, então, algumas determinadas situações.

Com relação à falta de material físico nos CIAMs, enfim, como copo, eu vou verificar o que aconteceu, porque, de fato, na Superintendência nós temos até estoque em excesso. Entende? A empresa que faz essa manutenção está sendo paga em dia. Não há ninguém reclamando. Então, eu tenho estoque lá na Sudim e posso encaminhar para o Ciam Márcia Lyra agora de tarde, está bom? Enfim, vou verificar isso de fato.

Com relação à Casa Abrigo, o que nós sabemos é que há uma prestação de alimentos, não um contrato, mas uma parceria do Rio Solidário – que é a instituição que faz a gestão da Casa Abrigo – com o Supermercado Prezunic. Essa rede de supermercados foi vendida, e os novos donos cortaram esse tipo de atendimento. Por isso, essa coisa de até dia 23. Mas, certamente, será dada uma solução para que não aconteça alguma coisa. E as pessoas que estão na Casa Abrigo têm uma manutenção dos seus contratos, sem dúvida.

Para encerrar – encerrando mesmo – os contratos...

(*Interrupção do som.*)

**A SRª ANGELA FONTES** – Nós temos a garantia para esses serviços de 5 anos, que é contrato temporário que a CLT permite. Obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada, Srª Angela.

Nós passamos a palavra à Senadora, para os seus questionamentos mais globais, e retornaremos em no máximo 5 minutos, pelo tempo de que nós dispomos.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Eu me dou por satisfeita. Se houver necessidade de mais detalhes, nós solicitaremos posteriormente.

Em princípio, sobre a questão do orçamento, a Angela nos respondeu. Acho que nos atende. Mas se vocês tiverem uma planilha dessas informações, podem passar para nós, porque acho importante formalizar com mais exatidão o percentual destinado para as políticas de atendimento às mulheres.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos...

**A SRª ANGELA FONTES** – Desculpe-me, Senadora. Só um esclarecimento.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Pois não, Srª Angela.

**A SRª ANGELA FONTES** – A planilha é com relação ao que nós temos, ou envolvendo Saúde, Segurança...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – O que vocês têm.

**A SRª ANGELA FONTES** – O que nós temos. Obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Essa solicitação que a Senadora faz se dirige também aos demais órgãos, que disporão também do tempo de até uma semana para receber a informação.

Eu queria dizer que nós recebemos, além dos documentos dos órgãos, o relatório da audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela Deputada Inês Pandeló, que vai ser anexada aos Anais da CPMI, que é um diagnóstico: *Rede de serviços de atendimento à mulher vítima de violência – avanços e retrocessos*. Isso integra a pesquisa.

Recebemos também um relatório de atividades da Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher, da cidade de Teresópolis, da agora ex-Secretária Joselice Cerqueira, que também se incorporará aos registros. E há duas propostas de projeto de lei da Deputada Enfermeira Rejane, relativos ao mutirão da liberdade e aos abrigos de acolhimento de mulheres.

Queremos informar às demais entidades que vamos receber o relatório das três representantes da sociedade civil. E as demais entidades que queiram enviar o relatório até o final do dia podem nos entregar. Ou, então, daremos um prazo, registrada a demanda, para que possam completar esse diagnóstico.

Nós concluímos a escuta do Executivo e passaremos agora aos demais órgãos, que serão o Ministério Público, a Defensoria e a sociedade civil, com as suas três representantes.

Nós solicitamos que a Drª Renata Bressan se dirija à Mesa, representando aqui o Dr. Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, enquanto a nossa Relatora se medica da garganta.

Nós vamos citar as pessoas aqui presentes, e a importância de citar é demonstrar, primeiro, o respeito que essas pessoas tiveram com a CPMI e a importância do tema. A Sueli Ferreira, da Casa Abrigo do Estado Lar da Mulher; a Lívia Coutinho, da Coordenaria da Mulher de Volta Redonda; a Antonieta Rocha, da Casa da Mulher de Manguinhos; a Cristina Dorico, do Cedim; da Secretaria Estadual das Mulheres, do PT; a Carla Frazão, da Associação em Defesa da Mulher; a Iara Tavares, do Ciam–Baixada; a Schuma Schumaher, da Articulação de Mulheres Brasileiras, minha querida parceira de muitas lutas nesse processo dos direitos da mulher; Cláudio Faria, Técnico do Tribunal de Justiça.

Queria cumprimentar a todos os profissionais do Tribunal de Justiça que aqui vieram, senão as autoridades maiores, aqui vieram partilhar das suas preocupações, e são vários. A Tania Melito, também do Juizado da Violência Doméstica; a Leila Costa, do Departamento dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias; a Alfonsina Faya, pesquisadora da Uerj; a Iara Amora, Coordenadora do Núcleo de Mulheres Negras, Casa da Mulher Trabalhadora; a Ângela Maria Simões, Casa Cora Coralina; a Dalva Regina Batista Ferro, do Centro Integrado de Atendimento à Mulher; a Virginia Berriel enfermeira da Secretaria da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores; Helga Mayerle, enfermeira da Secretaria Estadual de Saúde; Eleutéria Amora, da ONG Casa da Mulher Trabalhadora, Coordenadora-Geral; Alexandra Lima Gomes, enfermeira da Secretaria de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro, Marlene dos Santos, voluntária da Coordenadoria da Mulher de Volta Redonda; Regiane, da Secretaria de Políticas para Mulheres de Itatiaia; a Secretária; Margarida Prado, membro da Comissão de Direitos Humanos do Instituto dos Advogados do Brasil; Conceição Santos, da Associação de Mulheres Beth Lobo, de Volta Redonda e do Sindicato dos Metalúrgicos; Tereza Cristina, Presidente da OAB Mulher e Conselheira do Cedim; Luiz Peixoto, advogado; Cristiana Nicolau Gomes, psicóloga da Ciam; Mônica Coutinho, da Subsecretaria de Políticas para Mulheres de Maringá; Andressa Lorran, estagiária da Secretaria de Saúde; e Andréa de Farias, estagiária de psicologia da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Casa da Mulher do Manguinhos.

A todos e a todas, nossos agradecimentos pela atenção.

Passamos a palavra à nossa Relatora, a Senadora Ana Rita, para fazer os questionamentos dirigidos ao Ministério Público, por meio da representação da Drª Renata Bressan.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Primeiramente, queremos agradecer a presença da Drª Renata, e, conforme eu disse no início, nós fizemos visita ao Ministério Público aqui do centro do Rio de Janeiro, de Jacarepaguá.

Nós tivemos a oportunidade de perceber que há problemas sérios em virtude de que o Promotor que atua no Juizado da Violência Doméstica não tem uma atribuição plena. Nós avaliamos isso como uma questão séria, delicada. Ele oferece apenas denúncia nos casos de flagrante, e os demais casos vão para a Central de Inquéritos. E, aí, em caso de flagrante, em se tratando de violência doméstica, violência praticada contra a mulher, é muito difícil você pegar situações em flagrante, porque a violência contra a mulher acontece dentro de casa, à noite, entre quatro paredes, na maioria das vezes. É a vitima e o agressor. Então, exigir que seja identificada a situação de flagrante é muito difícil.

Então, nós avaliamos isso como um problema sério. E isso é ruim, porque há demora inclusive na prestação jurisdicional, e muitos crimes podem prescrever. Nós vimos que há prescrição, sim, de vários crimes, tanto que essas informações nós obtivemos por parte dos juizados, como também tivemos informações na própria delegacia de processos que estão prescrevendo. Achamos que seria muito importante a revisão das atribuições dos promotores dos juizados de violência doméstica, para que eles tenham uma atuação plena, para que essas atribuições sejam plenas de fato.

Gostaríamos de ouvir a opinião também da Drª Renata com relação a isso.

Outra questão que também nos preocupou são as visões que tendem a responsabilizar as mulheres pela violência sofrida. Ouvindo principalmente no juizado... É uma questão de concepção mesmo por parte de quem presta os serviços. Há uma tendência, pelo menos percebemos isso. Há uma certa visão por parte de alguns profissionais de que as mulheres são responsáveis pela violência. Não é dito com essas palavras, mas a postura, a forma como conduz nos leva a perceber isso. Então, entendemos que é importante, sim, uma capacitação de todos os profissionais. E gostaria de saber se o Ministério Público está fazendo capacitação dos seus profissionais de forma regular.

Além disso, quantos núcleos especializados de Promotoria de Violência contra as Mulheres existem aqui no Estado? E qual é a orientação do Ministério Público sobre oferecimento da suspensão condicional do processo nos casos de violência doméstica? Qual é a orientação que é dada com relação a isso?

Por enquanto é isso, Drª Renata.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Com a palavra, a Dr.ª Renata Bressan, aqui representando o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

**A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN** – Bem, eu inicio agradecendo a oportunidade de estar aqui para prestar os esclarecimentos. Gostaria de cumprimentar a todos na pessoa da Presidente da CPMI, Deputada Federal Jô Moraes, a quem estendo meus cumprimentos e a todos os presentes.

Inicialmente, gostaria de esclarecer que o Ministério Público vê a questão de violência doméstica como algo de extrema relevância, que precisa ser tratado com muita seriedade, com muita atenção. Justamente em razão disso, na atual gestão de administração do Procurador-Geral, foi criada uma subcoordenação específica na Coordenação Criminal, e eu, no caso, como Promotora Criminal, estou atualmente afastada das minhas funções para exercer o cargo administrativo de Coordenadora Criminal do Ministério Público. E dentro da minha coordenação, há outro Promotor de Justiça, Subcoordenador, mas que trabalha juntamente comigo, que divide todas as dificuldades, aflições. Subcoordenação apenas no nome. Trabalhamos em absoluta parceria.

Essa subcoordenação que ele ocupa, de toda maneira, é genérica na área criminal. Foi criada recentemente uma subcoordenação especifica para a violência domestica. Isso apenas para demonstrar como o Ministério Público vê essa temática com olhos de preocupação e pretende dar um tratamento diferenciado. Em minha Coordenação, são sete áreas de atuação...

(*Interrupção do som.*)

Vinte anos. Há as centrais de inquéritos, que são órgãos de execução do Ministério Público, que trabalham diretamente com investigação penal. Nesses órgãos, os promotores de justiça acompanham, fiscalizam e auxiliam, direcionando as investigações penais, num trabalho de proximidade com a Polícia Civil.

Temos a crença de que a criação das centrais de inquéritos no Rio de Janeiro foi um avanço e, inclusive, propiciou o sucesso de muitas investigações e um trabalho de integração efetiva com a Polícia Civil, coisa que, infelizmente, não acontece em muitas outras unidades da Federação. Mas essa é a regra e, obviamente, toda regra comporta exceções, e essas exceções devem ser vistas para atender pontualmente os casos em que existe uma demanda específica.

Nós acreditamos que, na hipótese de violência doméstica, essa regra deve sofrer exceções, assim como já sofre, também, no âmbito dos juizados especiais criminais.

Então, só para dar um breve esclarecimento de como é a metodologia no Rio de Janeiro, quando um inquérito policial é instaurado, a atividade da polícia é fiscalizada diretamente pelo promotor de investigação penal, que, periodicamente, recebe os autos do inquérito, seja fisicamente ou de forma virtual, porque, no Rio de Janeiro, já acontece, em muitas delegacias, esse acesso virtual ao inquérito. Inclusive, isso diminui muito o trâmite dos autos e, portanto, minimiza os possíveis efeitos das delongas do tempo, como a prescrição e, portanto, o promotor fica mais próximo da investigação, de forma a dar um rumo àquela investigação, para que ela possa resultar numa denúncia, no oferecimento de uma denúncia e num processo judicial mais bem sucedido.

Nos juizados especiais criminais, entretanto... Bom, no momento em que essa denúncia é oferecida e, portanto, iniciada a ação penal, aí sim o processo – já um processo e não mais um inquérito – passa a ser de atribuição do promotor criminal que trabalha junto à vara criminal. Então, nós temos, aí, dois promotores: um promotor que trabalha junto à investigação, acompanhando diretamente atividades da polícia, e um outro promotor que trabalha junto ao Judiciário.

Pois bem, na área, por exemplo, de juizados especiais criminais, como os termos circunstanciados são diretamente levados ao Judiciário antes mesmo que haja o oferecimento de uma denúncia, antes mesmo que haja a instauração de um processo criminal e justamente para permitir a conciliação entre as partes, a transação penal, enfim, todas as outras medidas despenalizadoras trazidas pela Lei 9.099, não há a figura do promotor de investigação. O promotor criminal atua diretamente no juizado especial criminal. Ele recebe tanto o termo circunstanciado, que é a fase pré-processual, como ele também atua na fase de processo criminal.

Nós entendemos que, na área de violência doméstica, seria conveniente um modelo similar ao dos juizados especiais criminais, mas essa mudança não pode ser feita de maneira tão rápida como se gostaria, porque existem promotores titulares, existem órgãos de execução já criados e existe uma garantia prevista na Constituição, garantia não só da função do Ministério Público, como também da função do Judiciário.

Essa garantia da inamovibilidade é, justamente, algo que se pleiteia muito, inclusive em alguns outros órgãos, como a polícia, para que se possa fazer um enfrentamento mais corajoso e menos temente a eventuais represálias. E esta garantia da inamovibilidade é justamente o que permite ao promotor atuar de acordo com as suas convicções, e as convicções dele, obviamente, têm de estar pautadas pela legalidade, e não ceder a pressões políticas para conduzir os trabalhos a um determinado desfecho que não seja outro que aquele previsto em lei, que não seja outro que a justiça.

Pois bem, permitir a mudança da atribuição de um promotor de justiça sem a sua concordância equivale à agressão do princípio da inamovibilidade, porque se um promotor está atuando bem num determinado caso, de forma enérgica, e se se subtrai a sua atribuição, permite-se, portanto, que ele seja retirado daquele caso, não porque ele foi tirado daquela cadeira, mas porque foi suprimida a sua atribuição.

O mesmo acontece na área da violência doméstica. Para que haja uma mudança de atribuição e para que o promotor de violência doméstica passe a ter essa atribuição plena, desde a instauração do inquérito, desde o registro de ocorrência, até o final do processo criminal, com a sentença absolutória ou condenatória, é necessário que haja, das duas uma, ou a concordância desse promotor titular, ou que o órgão de execução esteja vago, para que toda essa reengenharia seja viabilizada.

Então, esse projeto está em fase de estudo. Como a mudança nessa atribuição importaria reflexos grandes no Estado do Rio de Janeiro, existe a ideia, inclusive, de se criar, inicialmente, um projeto piloto, para que se possa, inclusive, demonstrar de maneira mais firme e com dados estatísticos que essa seria uma boa opção, e para que essa boa opção possa ser replicada em outros órgãos.

De forma a minimizar, de imediato, os eventuais danos que essa atuação dupla no Ministério Público possa, eventualmente, causar, nós conseguimos a mudança de uma pequena parte da atribuição desses promotores de justiça. Anteriormente, a medida protetiva caberia ao promotor que trabalha na investigação penal, ao promotor que trabalha no inquérito policial, muito embora ela seja uma medida que seja direcionada ao Judiciário.

Então, o que acontecia, e nós presenciamos isso acontecer com alguma frequência? As partes que precisavam de uma medida protetiva, a mulher que precisava de uma medida protetiva procurava pela defensoria pública junto ao juizado, mas, no entanto, aquele promotor de justiça não era o que tinha a atribuição. O promotor junto ao juizado não era quem tinha a atribuição para se manifestar nessa medida protetiva. Aí, então, ficava o inquérito, voltando para a central de inquéritos para que o promotor com atribuição pudesse se manifestar.

Para evitar, pelo menos no que diz respeito às medidas protetivas, essa cisão de atribuição, houve uma mudança, há cerca de mais ou menos um ano, na atribuição dos promotores de justiça atuantes na área de violência doméstica. Então, essa atribuição importou o deslocamento da atribuição para o promotor junto à vara, em se pronunciar nas medidas protetivas, ainda que não haja um processo judicial, ainda que esteja apenas em fase de inquérito policial.

Então, foi uma maneira de minimizar de imediato, já que uma reengenharia não se faz da noite para o dia, os efeitos danosos dessa dupla atuação.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – A Drª Renata, a senhora vai passar para outra questão. Deixe-me fazer uma observação aqui, então.

**A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN** – Pois não.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Porque, na verdade, conforme a senhora disse inicialmente, a estrutura do Ministério Público, realmente, é uma estrutura antiga, que tem muito tempo, e a Lei Maria da Penha é uma legislação nova. Ela tem apenas 6 anos e tem um novo paradigma no enfrentamento da violência, em especial contra as mulheres.

Então, faríamos uma solicitação para que, neste estudo que está sendo feito, de redefinição ou de revisão das atribuições dos promotores que atuam nos juizados de violência doméstica, o tratamento a ser dado com relação à violência doméstica não seja apenas como um projeto piloto – faço essa observação –, mas que, nesse processo de rediscussão, de revisão, realmente, se crie uma nova orientação do Ministério Público, considerando que tem uma lei nova, que tem um novo paradigma e que é preciso, realmente, fazer uma revisão, mas que seja uma revisão que leve a ter uma ação que não seja dada como uma experiência piloto, mas uma ação que seja efetiva dentro desse novo formato que está sendo pensado, que está sendo discutido para o Ministério Público.

Não sei se eu me fiz entender,...

**A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN** – Não, perfeitamente.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – ... mas que não dê um tratamento apenas de um projeto piloto, como se fosse uma experiência, mas que, realmente, nesse contexto de reformulação, dê o tratamento adequado a essa nova concepção da violência doméstica que é tratada na Lei Maria da Penha.

**A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN** – Eu entendo perfeitamente.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Renata, antes de a senhora continuar, eu aproveito a oportunidade para solicitar que a senhora explique qual foi o instrumento legal usado há um ano para dar essa excepcionalidade de função ao promotor do Judiciário, ainda quando o processo está no período de investigação, se foi através de uma normatização do Procurador-Geral. Nós gostaríamos de ter acesso e que a senhora nos enviasse essa normatização, porque essa excepcionalidade tem uma fragilidade muito grande na dinâmica. Evidentemente, imagina-se que nem sempre a agilidade da solicitação das medidas protetivas, da forma como se encontra, chega a bom termo com essa dupla função.

Então, eu solicitaria que a senhora pudesse nos enviar a normatização estabelecida pelo procurador-geral para a excepcionalidade nos casos de violência doméstica, particularmente das medidas protetivas.

**A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN** – Perfeito. Farei o envio, com certeza.

Eu só gostaria de dar uma pequena explicação quanto à questão da criação de um projeto piloto.

As instituições são presas... Muitas vezes, a atuação das instituições acaba sendo ligeiramente presa por algumas questões burocráticas. É uma realidade da qual não temos como fugir e no Ministério Público não é diferente.

Então, apenas para lhe dar uma breve ideia de como essa reengenharia não seria algo tão fácil e imediato, daí por que nós sugerimos, para tentarmos emplacar essa possível reengenharia, talvez um projeto piloto, era como se fosse uma sugestão subsidiária. A primeira é uma mais ampla; a subsidiária é aquela que a gente tenta emplacar quando percebe que aquela mais ampla não vai ser possível.

A criação de órgãos de execução e cargos para que os promotores de justiça possam atuar depende de lei a ser aprovada pela Assembleia Legislativa, que depende de orçamento, enfim. Então, tem uma série de implicações administrativas extremamente complexas e eu, obviamente, não seria, inclusive, a pessoa mais competente a dar essa explicação ampla, que nos impede, às vezes, de colocar em prática aqueles projetos que nós temos como ideais. Não significa dizer que abandonamos os nossos ideais e deixamos de perseguir um resultado mais satisfatório.

Nós temos a convicção, lá na coordenação criminal, justamente até por estarmos mais perto da matéria, justamente por termos inclusive, hoje, uma subcoordenadora titular de um juizado de violência doméstica, que é o da capital, que é o que tem o maior número de feitos e que, portanto, vivenciou, durante muitos anos, todas as dificuldades que as partes que ali procuram o Judiciário e o Ministério Público relatam... Então, nós temos uma exata noção de qual é a demanda e da necessidade de se perseguir um resultado mais satisfatório, mas, por outro lado, nós não temos como virar as costas e deixar de considerar que a burocracia existe e existe uma série de meandros no caminho para a execução daqueles projetos que nós temos como ideais, daí por que nem sempre é possível emplacar 100% daquilo que nós gostaríamos. Aí, sugerem algumas outras ideias subsidiárias para, pelo menos, não se deixar cair por terra tudo aquilo que se pretende melhorar.

A mudança para deslocar para o promotor de justiça junto à vara criminal a atribuição para se manifestar nas medidas protetivas foi feita com base em anuência de todos os promotores de investigação criminal. Portanto, eles concordaram em abrir mão de parte de sua atribuição. Quando abrem mão de sua atribuição, não há uma violação desse princípio constitucional, e isso feito através de uma resolução, que é o ato normativo interno que se utiliza para essas finalidades.

Com relação à visão que se tem de alguns membros quanto à responsabilização das mulheres pela violência sofrida, eu acredito que o tema “violência doméstica” não seja um tema caro a todas as pessoas. E nós não podemos deixar de considerar que, numa mesma instituição – no caso do Ministério Público, uma instituição com cerca de 900 membros –, há aqueles que defendem bandeiras diferentes de outros. Para alguns, o tema da violência doméstica é extremamente relevante, para outros, é de menor importância frente a outras questões.

O que nós da Coordenação temos feito é tentar justamente conscientizar os colegas de que, acima de tudo, é uma questão importante. Existe uma legislação, e o Ministério Público, como fiscal da lei, deve cumprir a lei e velar pelo cumprimento dessa lei em todas as instâncias. Então, o nosso papel é a fiscalização externa e interna.

Não podemos, no entanto, exigir que todos aqueles que ocupam um cargo na área de violência doméstica tenham exatamente o mesmo perfil e a mesma consciência. São pessoas que, às vezes, têm ideias diferentes das nossas.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas têm capacitação, Drª Renata?

**A SRª RENATA** **DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN** – Capacitação permanente.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Específica, sobre a Lei Maria da Penha?

**A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN** – Sim. Este ano – eu posso mandar para as senhoras, depois, inclusive –, o tema Maria da Penha na Coordenação Criminal foi o tema que teve maior número de eventos. A divulgação é permanente não só daquilo que é feito dentro do Ministério Público, como daquilo que é feito em outros órgãos, inclusive pela Escola da Magistratura. Enfim, sempre que há um fórum em que o debate “violência doméstica” é trazido à tona, nós o levamos ao conhecimento dos colegas, através do envio de convites e *e-mails* funcionais, enfim, através de todo tipo de comunicação interna.

Além disso, os promotores novos que ingressam na carreira passam por uma capacitação e têm durante alguns dias a capacitação específica em violência doméstica. Essa capacitação é dada inclusive pela Drª Lúcia Iloízio, Subcoordenadora, que eu mencionei anteriormente, titular de um Juizado de Violência Doméstica, portanto, uma pessoa que conhece bem a realidade, muito aguerrida, apaixonada pelo tema, além de possuir os conhecimentos jurídicos necessários para que se persiga realmente uma atuação funcional melhor.

Essa capacitação também é estendida aos servidores do Ministério Público, principalmente aqueles que vão trabalhar nos juizados que lidam com essa questão. Não adianta só o promotor de justiça ter sensibilidade para tratar o caso, mas também é necessário que os funcionários que estão no seu gabinete possam bem atender as partes que ali chegam, muitas vezes, inicialmente, atendidas por esses servidores.

Temos tido, com muita frequência, boa interlocução com os demais segmentos, no Estado do Rio de Janeiro, que tratam dessa temática. No Judiciário, temos permanentes reuniões com a Drª Adriana, que é Juíza de Violência Doméstica aqui da capital, sempre também à frente de lutas nessa temática aqui pelo Judiciário fluminense. A Desembargadora Gaulia também é uma pessoa bastante envolvida, sempre nos recebe e nos convida a participar de discussões. Periodicamente, eu pessoalmente tenho reuniões com a chefe de polícia, e a questão violência doméstica tem sido frequentemente abordada nessas reuniões. Na nossa Coordenação, foi elaborado, recentemente – eu até comentava há pouco com a Deputada –, um roteiro sugerindo o que deve ser verificado não só nas Delegacias de Atendimento à Mulher, pelos promotores de investigação penal, quando vão fazer fiscalização *in loco*, um roteiro que eles devem seguir para verificar não só em que condições as partes são atendidas ali, mas também as políticas públicas que eventualmente estão sendo implementadas naqueles locais.

Esse roteiro também serve – existem ali subitens, obviamente – às Casas Abrigo. A própria Drª Lúcia, Subcoordenadora lá na minha Coordenação, tem ido, em companhia aos colegas promotores de justiça, fazer essas visitas. E muitas vezes, também, levando uma assistente social do Ministério Público que é grande conhecedora da matéria, para nos dar um apoio técnico e para nos esclarecer eventuais omissões.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Renata, aproveitando, então: o Ministério Público busca sempre dialogar com o Juizado, com a Drª Adriana, com a Juíza da 3ª Vara. Mas e o Movimento de Mulheres? Vocês costumam também envolver o Movimento de Mulheres? Procuram ouvir o Movimento de Mulheres? O Ministério Público procura fazer isso, para também ter a visão da vítima, de quem necessita os serviços?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Renata Bressan, nós temos um prazo e temos 2 instituições ainda a escutar, a Defensoria e a sociedade civil. O nosso prazo é limitado pela sessão ordinária, e nós sabemos que o Regimento exige que o respeitemos. Então, a senhora deve ir caminhando para a sua conclusão.

**A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN** – Pois não.

Temos também participado desses foros de discussão dos movimentos sociais. A própria Drª Lúcia, que é a pessoa mais bem informada sobre o assunto, é quem tem estado presente a esses eventos. Inclusive ela hoje viria aqui participar desta audiência pública, não pôde vir porque está no Rio Grande do Sul, representando o Ministério Público no encontro de um grupo nacional de direitos humanos, que tem diversas subdivisões, dentre elas a de violência doméstica. Então, ela está lá justamente em um encontro com outros Ministérios Públicos do Brasil, discutindo essa questão.

Nós temos também feito, semanalmente, divulgação de boletins, através da nossa Coordenação, a todos os promotores. Essa divulgação de boletins contempla jurisprudência bastante atualizada. E através dessa divulgação, nós tentamos sempre firmar uma postura de qual é a convicção do papel do Ministério Público no que diz respeito à prevenção e à repressão de todos os crimes relacionados à violência doméstica.

Então, muito embora os promotores de justiça tenham independência funcional, o que significa dizer que o Procurador-Geral ou a minha Coordenação, que é a específica da área, não tenha poder, ingerência sobre eles, para lhes dizer que posição deverão adotar frente a determinado processo, nós temos firmado o posicionamento de que, no que diz respeito a todas aquelas medidas despenalizadoras da Lei nº 9.099, essas medidas não devem ser aplicadas nas hipóteses de violência à mulher, violência doméstica, notadamente por uma interpretação do art. 41 da lei, de absoluta vedação legal. Essa sempre foi a nossa postura.

Nós temos feito inclusive a divulgação da jurisprudência; porém, o promotor de justiça, que atua diretamente nos processos em razão da independência funcional, que é uma garantia constitucional que não podemos violar, pode eventualmente se manifestar de maneira contrária a essa orientação institucional. Se disso decorrer eventual agressão, eventual falta funcional, ele certamente vai responder nos limites da sua responsabilidade.

Nos Núcleos Especializados de Promotoria de Violência Doméstica – já me encaminhando rapidamente ao final, para poder terminar –, nós temos promotores de justiça titulares junto a todos os Juizados de Violência Doméstica criados no âmbito do Judiciário. Paralelamente a isso, também a minha Coordenação fez o encaminhamento de um projeto ao gabinete do Procurador-Geral, sugerindo a criação de uma promotoria de tutela coletiva, através da qual o promotor de justiça passasse a ser responsável por fomentar, em todos os setores do Estado, todas as políticas públicas relacionadas à violência doméstica.

Na verdade, nós entendemos que isso deveria, realmente, ficar a cargo de um promotor de justiça titular de uma promotoria. Achamos que seria conveniente a criação de uma promotoria com esse perfil.

Enquanto não existe ainda uma promotoria de tutela coletiva para fomento dessas políticas, a Coordenação Criminal tem feito esse papel, justamente através dessa Subcoordenação.

Acredito que tenha sido isso. Só rapidamente, para finalizar, um minutinho...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – (*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN** – A suspensão condicional do processo, a orientação é a de que ela não seja feita.

Mas temos conhecimento de que há alguns promotores de justiça que entendem diferentemente e que dão aos artigos de lei uma interpretação diferente daquela que damos. Mas essa não é, digamos assim, a opinião da Coordenação. Não é dessa forma que nós sugerimos a atuação. Inclusive, na capacitação dos novos promotores, temos firmado o posicionamento de que temos a convicção de que isso é *contra legem*.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas, se algum promotor insiste em fazer a suspensão condicional do processo, o Ministério Público tem, embora reconhecendo... Conforme a senhora disse, ele tem uma certa autonomia, mas, se não cumpre essa determinação, não tem nenhuma penalização?

**A SRª** **RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN** – Na verdade, talvez para quem não seja do ramo jurídico, isso seja de difícil compreensão. A lei não é matemática. Sempre que se lê um certo texto, existe a possibilidade de dar diferente interpretação, assim como a um objeto de arte. Enfim, tudo aquilo que não é exato permite uma certa... uma interpretação eventualmente controvertida.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Doutora, mas, veja bem, nesse caso, não se justifica uma interpretação diferenciada, porque há uma decisão do STF sobre isso muito clara. Então, a suspensão condicional do processo não deve existir em função já de uma decisão do STF. Se há promotores que insistem em fazer a suspensão, tendo em vista que já há uma decisão do STF, o Ministério Público não pode agir?

**A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN** – Veja bem, ele pode... A decisão do STF é uma decisão *incidenter tantum*, e há uma decisão também do STJ, que é contrária à do STF, com base às vezes...

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas o STF não tem superioridade sobre isso?

**A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN** – Essa é a minha convicção. Eu comungo da mesma opinião da senhora, mas infelizmente há aqueles que têm uma interpretação diferente e que justificam a sua manifestação em interpretação da lei.

Agora, esse é um caso para a Corregedoria, não é um caso para o Procurador-Geral. Eu tenho conhecimento de que há procuradores de justiça que, quando atuam no processo de segunda instância, tomando conhecimento de um eventual posicionamento que entendem falho do promotor de justiça em primeiro grau, extraem cópia e remetem aquilo para a Corregedoria.

Agora, sempre que essa interpretação, sempre que a atuação do membro do Ministério Público é feita com base, assim como do Judiciário, numa interpretação legal, há o entendimento de que não há exatamente uma falta funcional, já que calcado numa interpretação da lei. Ele não estaria negando acesso, não estaria negando a vigência da lei, nem a aplicação da lei: simplesmente está dando uma interpretação diferente da que outras pessoas dão.

O STF, se tiver se manifestado numa ação direta, especificamente sobre o tema, aí jogaria por terra toda e qualquer discussão. Mas quando essa discussão é feita no âmbito de um caso concreto e não no plano abstrato, ainda existe margem para essa dúbia interpretação.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita, mais alguma questão?

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Não sei. Acho que ela não terminou ainda de responder às questões, Deputada Jô.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – É que nós...

**A SRª RENATA DE VASCONCELLOS ARAUJO BRESSAN** – Eu acredito que as perguntas tenham sido respondidas. Se, por um acaso, alguma outra ficou fora ... Eu tenho a impressão de que as respostas eu dei.

Só gostaria só de mais um minutinho para dizer que, além da interlocução permanente, da criação da Subcoordenação, nós também passamos a ter desmembramento de promotorias que tinham a matéria de violência doméstica, entre outras matérias criminais, para poder dar atenção maior à violência doméstica – só para demonstrar nossa preocupação com a temática.

Além disso, há também outros dois projetos em andamento dentro do Ministério Público, que certamente vão também, de alguma maneira, tocar a área de violência doméstica. Um que não é específico para a violência doméstica, mas que a atinge, de alguma maneira, que é a implementação, no Rio de Janeiro, do depoimento especial que, na verdade, tem por finalidade colher depoimento de vítimas de violência sexual, criança e adolescente, de uma maneira menos agressiva, que não se revitimize, propiciando uma maior responsabilização do agressor nas hipóteses específicas de crimes sexuais. Mulheres não são as únicas vítimas de crimes sexuais, mas são sua maioria.

A criação e implementação desse projeto no Rio de Janeiro vai permitir um incremento à responsabilização e o tratamento de maior cidadania a essas vítimas. Esse projeto, na verdade, já teve início, a sua implementação se deu por intermédio da criação, pelo Tribunal de Justiça, de salas de depoimento especial. O Ministério Público, em parceria com a Secretaria de Saúde, estadual e Municipal e com a Secretaria de Segurança, está se articulando para também reformular a abordagem a essas vítimas por meio de um fluxo de atendimento mais adequado, antes da fase judicial.

Além disso, eu sou Presidente do Programa de Proteção a Testemunhas. E o Programa de Proteção a Testemunhas, não só aqui, mas em todo o Brasil, de acordo com a Lei 9.807, não se presta especificamente às hipóteses de violência doméstica, mas a casos de criminalidade organizada e criminalidade de outras naturezas.

Vim percebendo essa...

(*Interrupção do som.*)

**A SRª SULA CAIXEIRO OMARI** –... muito antiga e muito anterior à Lei nº 11.340. Buscamos sempre observar as demandas das mulheres, ampliar o atendimento, melhorar e capacitar os profissionais que atuam na área. E isso é feito com muito cuidado, com um critério constante pela Defensoria Pública.

Com relação à primeira pergunta, é importante pontuar que a Defensoria Pública é uma instituição que exerce uma função social muito grande. É a principal porta de entrada das mulheres em situação de violência doméstica. É uma instituição que, dentre as instituições que integram o sistema de justiça, que atende as mulheres, que recebe as mulheres para conhecer suas demandas e, a partir do relato, ouvindo a realidade e os anseios delas, tomar as medidas, tanto judicialmente quanto extrajudicialmente, e encaminhá-las para as redes de serviços que existem em favor delas. Isso porque entendemos que a atuação preventiva é de fundamental importância.

Para isso, o que a Defensoria costuma fazer? Estamos sempre realizando e participando de ações sociais, de conscientização da sociedade, temos parcerias com escolas municipais, estaduais e da iniciativa privada, escolas particulares, onde ministramos palestras com muita frequência. Nessas palestras, temos oportunidade de tratar da violência doméstica, expor sobre o círculo da violência e fazer uma conscientização da sociedade. Pensamos que o trabalho é tão ou mais importante do que a punição do agressor, a esfera judicial etc.

Bem, acho que isso responde a primeira pergunta: a Defensoria exerce mesmo essa função social, é a porta de entrada, é quem tem acesso direto às mulheres, já que somos nós que ouvimos as mulheres, somos nós que recebemos as mulheres e temos que lidar com todas as suas dificuldades, e não só da vida pessoal. E temos que relatar os fatos, quebrar o sigilo, romper com o silêncio e procurar a Justiça, mas de uma forma ampla, procurando apoio para conseguir quebrar o círculo de violência. Conhecemos bem as demandas das mulheres porque estamos diretamente em contato com elas.

Com relação ao orçamento, também é um fato notório, de conhecimento geral que, entre as instituições que integram o sistema de justiça, a Defensoria Pública é a que tem o menor orçamento. Com a parte de pessoal, o nosso orçamento, comparado com as outras instituições, é bem reduzido. Inclusive, estamos com... Foram feitas propostas de emendas, e no momento está tramitando... Aliás, há propostas de emendas para aumentar o orçamento da instituição para o ano de 2013. Mas ainda não obtivemos êxito, ainda não obtivemos uma resposta positiva, ainda não foi possível esse aumento. Não tenho maiores detalhes, porque não sou eu que acompanho, mas não foi votado. Inclusive, foi feita uma proposta para que houvesse, pela primeira vez, uma disposição do orçamento voltada para a violência.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Mas a proposta encaminhada pelo Executivo, a senhora sabe dizer quanto já está sendo previsto, independente do que está sendo proposto para aumentar?

**A SRª SULA CAIXEIRO OMARI** – Não. Posso verificar, mas não sei informar. Se não me engano, 450... Só de pessoal. O orçamento... Que fique bem claro que a Defensoria Pública não recebe dinheiro para fins de estrutura, só para fins de pessoal. O orçamento que vem do Executivo é só para fins de pessoal. O que temos para fins de estrutura, e isso é um ponto muito relevante, é um fundo da Defensoria. E o fundo da Defensoria conta com R$36 milhões ao ano. Existe até um projeto de lei tramitando no Congresso, já passou pela Câmara, agora está no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos, cuja ideia é aumentar significativamente, através desse projeto de lei, aumentar o fundo da Defensoria, e aí, sim, termos melhores condições de estruturar a Defensoria em especial e inclusive no âmbito do enfrentamento da violência doméstica.

Mas o fato é que o orçamento que recebemos do Executivo é totalmente voltado para pagamento de pessoal, não inclui estruturação do órgão. E isso é uma coisa que gera uma dificuldade maior para a instituição. Nós temos que lidar com isso e, dentro das nossas dificuldades orçamentárias, nós buscamos, todo tempo, ampliar, estender, melhorar o nosso atendimento e o nosso trabalho com relação à violência doméstica.

Uma forma que nós encontramos para minimizar essas dificuldades foi o estabelecimento de convênios. Nós sempre procuramos – e muitas vezes temos êxito – firmar convênios com o Ministério da Justiça e, mais recentemente, apresentei uma proposta de convênio para a Secretaria de Políticas para as Mulheres – estou aguardando resposta – com o intuito de ampliar a atividade da Defensoria, especificamente do Nudem, para mais cinco comarcas, o que significaria um diferencial extraordinário no Estado do Rio de Janeiro. Então, é a maneira que temos de trabalhar com a parte orçamentária, com a parte que é difícil – o cobertor é curto! Sempre procuramos, de alguma maneira, ampliar e melhorar a atividade da Defensoria buscando um melhor atendimento para as mulheres em situação de violência.

Com relação à atuação no Estado, ao atendimento das mulheres em situação de violência doméstica, é importante dizer que a Defensoria do Rio é a única Defensoria do Brasil que está atuando nas 92 comarcas do Estado. É a única instituição que já está em atuação nas 92 comarcas e, em todas essas comarcas, há defensores para atuarem na defesa das mulheres em situação de violência.

Nos juizados de violência doméstica, há sempre defensores que atuam pela mulher e defensores que atuam pelo agressor – é um direito constitucional do autor do fato ser defendido. E nos órgãos do interior, onde há vara única ou juizado de violência doméstica especial criminal, há sempre prioridade para o atendimento da mulher. Inclusive, na resolução da Defensoria Pública que trata do tema da violência doméstica, há regra expressa no sentido de que a prioridade é o atendimento da mulher, inclusive para fins de encaminhamentos e outras...

(*Interrupção do som.*)

Mais do que isso. Elas precisam ajuizar os pedidos de medidas protetivas e as outras demandas, eventualmente necessárias, para interromper, de forma definitiva, o ciclo. Não é só a medida protetiva. Muitas vezes, elas precisam resolver pendências relativas aos filhos, guarda, alimentos, um divórcio, uma partilha de bens. Nós buscamos sempre verificar qual é o foco do conflito. Nós precisamos saber qual a origem, o que deu ensejo ao conflito. E, em razão disso, nós pedimos que sejam sempre encaminhadas ao Nudem, porque, no Nudem, elas vão ter condições de, com calma, receber todas as orientações necessárias, para interromper o ciclo de violência e receber todas as informações necessárias para que procurem, inclusive, auxílio nas demais instituições que fazem parte da rede. Então, essa comunicação com a Deam é fundamental por causa disso.

Como é que funciona o processo de requerimento de medidas protetivas?

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Faltam 8 minutos para completar... Faltam 8 minutos da disponibilização do tempo.

**A SRª SULA CAIXEIRO OMARI** – Perfeito.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Estou alertando, para também se a Drª Emanuelle for se pronunciar.

**A SRª SULA CAIXEIRO OMARI** – Certo. Ela vai nos ajudar agora.

Requerimento de medidas protetivas.

A partir do momento em que a mulher procura a defensoria pública, nós, imediatamente, tomamos conhecimento de qual é a situação dela, quais são as necessidades dela e verificamos: é o caso de requerer medidas, ela precisa de medidas? Então, nós fornecemos qual é a relação de documentos que ela precisa trazer e nós ajuizamos, com a maior celeridade possível, a medida protetiva e distribuímos para o juizado competente, porque nem sempre o juizado competente é o primeiro. O Nudem fica aqui no centro da cidade, assim como o 1º Juizado, mas existem vários casos em que o registro – é uma questão de competência, da organização judiciária – foi feito numa área, inclusive o fato delituoso foi cometido numa área cujo juizado competente é o de Jacarepaguá – o terceiro –, então eu vou fazer a medida e vou distribuir em Jacarepaguá. A mesma coisa acontece nos juizados de Campo Grande ou Niterói, São Gonçalo, Caxias, Nova Iguaçu.

Então, a atribuição é ampla. A partir do momento em que a mulher nos procura, nós rapidamente fornecemos a relação de documentos. Ela, já no primeiro contato, narra toda a situação dela, para que nós possamos inclusive orientar para ver se é caso de medida ou não, e, tão logo ela volte com os documentos, a medida protetiva é ajuizada no juizado competente.

Feito isso, a mulher é orientada, ela é esclarecida de todo o procedimento que, dali para frente, ela vai encarar, e ela é encaminhada para o juizado competente, para que ela acompanhe a medida, junto com o defensor que atua naquele juizado competente.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Drª Sula, eu queria só fazer um questionamento: no caso das DEAMs, que são delegacias especializadas, se elas forem mais bem instrumentalizadas, mais profissionais, profissionais capacitados, não daria para se resolver tudo ali na delegacia, em termos de colher todas as informações, sem que, necessariamente, a mulher tenha que fazer um registro e depois ter que contar toda a história de novo lá no Nudem. Eu estou me referindo apenas às delegacias especializadas, não estou nem falando das demais delegacias, que também são porta de entrada, mas, no caso da Deam – que eu acho que ela deve ser fortalecida –, ter mais gente, pessoal qualificado, não seria o suficiente? E, se há um defensor que atua na delegacia...

**A SRª SULA CAIXEIRO OMARI** – Fica no juizado.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Fica no juizado, mas, de qualquer modo, se o processo for mais bem instruído na Deam, não precisaria de essa mulher ter que ir lá no Nudem, ter que recontar toda a história, para poder ter o seu processo mais bem instruído.

É claro que a Defensoria Pública continua cumprindo o seu papel de proteger essa mulher, de orientar essa mulher, mas eu vejo que, se todos os casos forem encaminhado para o Nudem, nós estamos fragilizando a Deam, estamos dando um papel menor à Deam do que ela deve ter, na minha opinião.

Então, eu acho que precisa fortalecer a Deam, equipar suficientemente a Deam, capacitar os seus profissionais, para que a maior parte das questões possam ser encaminhadas através da Deam. Não precisa, necessariamente, passar pela Deam e ter que ir para o Nudem. Na minha opinião, acho que para o Nudem iriam talvez as mulheres que não têm acesso à Deam, pela questão da distância, que buscam as delegacias mais próximas, e que nem todas ainda contam com os serviços especializados, porque atendem toda a questão, o atendimento mais geral.

Qual é a sua avaliação? Não seria esse o melhor caminho?

**A SRª SULA CAIXEIRO OMARI** – Senadora, eu concordo que, se as representações, por medidas protetivas, fossem mais bem instruídas, talvez as mulheres conseguissem medidas protetivas no juizado diretamente, independente de passar no Nudem. Mas eu reafirmo a necessidade de elas serem encaminhadas para o Nudem pelo seguinte: em 85% dos casos, as mulheres têm outras demandas além das medidas protetivas. Muitas, na verdade, nem querem medida. Muitas não querem medidas protetivas, mas querem ajuizar as outras demandas que são necessárias para interromper o ciclo de violência. Muitas vezes, problemas com os companheiros, ex-companheiros, ex-maridos são em razão dos alimentos que são devidos aos filhos, ou da guarda com relação à qual não há um acordo. E essas são questões que são resolvidas nas varas de família, não são resolvidas nos juizados de violência doméstica. E isso é uma questão que vai muito além do trabalho que é desenvolvido na delegacia. Então, as delegadas teriam que ouvir a história, destrinchar todo esse problema familiar, que vai muito além da esfera criminal, muito além do delito propriamente dito aqui – enseja a aplicação da Lei 11.340 –, e eu penso, com todo o respeito, que isso não seria viável.

Então, eu continuo afirmando que, independente – porque eu concordo com a senhora no sentido de que as medidas protetivas deveriam ser deferidas com base na representação feita pela autoridade policial, e esse trâmite é: delegacia-juizado. Definitivamente, não precisaria passar pelo Nudem para isso, mas passa, hoje passa, mas não precisaria. Agora, de qualquer forma, o encaminhamento das mulheres para o Nudem, para a Defensoria, porque, caso ela não queira, de repente, a mulher mora em Belford Roxo, ela não precisa vir ao Nudem. Há o Núcleo de Bairro que pode atender, ela pode ligar para o 129, se orientar: “onde é a Defensoria mais perto da minha casa? Olha a Defensoria mais perto da sua casa é tal. Qual a documentação que eu preciso?” Isso tudo pelo telefone, 24 horas. Então, se a mulher não quiser vir para o Nudem, por causa do deslocamento, custos, dificuldades gerais que sejam, ela pode ir a qualquer órgão da Defensoria. Mas é fundamental esse encaminhamento para que ela realmente narre a situação e resolva os conflitos que giram em torno da violência, porque violência é um desmembramento de alguma coisa, e isso tem que ser solucionado.

Mas, com relação à medida protetiva propriamente dita, eu concordo com a senhora no sentido de que – como nós tivemos a oportunidade de falar antes –, se não exigissem um grau muitíssimo elevado de conhecimento, de cognição nas medidas protetivas para o seu deferimento, isso seria viável. Hoje, nós enfrentamos uma dificuldade extraordinária para conseguir o deferimento de medida protetiva. Há alguns paradigmas que são muito difíceis de se romper. Existe uma ideia generalizada de que crimes contra a honra, por si sós, injúria, calúnia e difamação, não ensejam medidas protetivas. Não compreendo isso, não concordo com isso, mas todas as decisões são nesse sentido. Então, é uma dificuldade que nós enfrentamos, é um paradigma que tem que ser quebrado, mas a vinda para o Nudem é fundamental para esse fim: para que elas consigam realmente ter o acesso total à Justiça.

E, para encerrar, eu passo aqui à Drª Emanuelle, para ela falar a última pergunta, que é com relação se são sempre encaminhadas para o Nudem. São sempre encaminhadas para o Nudem, mas existe uma atribuição concorrente. Então, eu vou chamar a Drª Emanuelle para...

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Drª Emanuelle, nós vamos dar até 5 minutos para sua resposta, porque ainda vai haver os comentários da Senadora, e nós temos que escutar a sociedade civil logo em seguida.

**A SRª EMANUELLE DE OLIVEIRA CHIANCA GANGONI** – É lógico. Boa tarde. Boa tarde a todos. Boa tarde, Senadora, Deputada.

Em relação à última pergunta, a atribuição dos Juizados da Violência, do defensor público, junto aos juizados e junto ao Nudem, é uma atribuição concorrente. Então, a vítima que sai da delegacia e procura diretamente o defensor do juizado – no meu caso, o 1o Juizado – é atendida: a medida protetiva é formulada, o requerimento é formulado e a medida protetiva é despachada diretamente junto ao gabinete, no caso do 1o Juizado. Então, eu nem desço com o procedimento para o cartório. Eu já despacho diretamente com as juízas que hoje atuam junto ao Juizado. Então, o trâmite é muito rápido, é muito célere. Entendemos a importância, a urgência de aquela vítima ter uma resposta rápida à sua solicitação.

Então, as medidas protetivas... A única diferenciação, que normalmente acabamos encaminhando ao Nudem, é quando a vítima precisa de uma documentação da qual ela não dispõe na hora, como por exemplo, um documento referente a um imóvel ou uma certidão de nascimento dos filhos. Então, ela vai ter que retornar ao órgão para trazer essa documentação, até para que as medidas protetivas sejam deferidas com a documentação necessária. Mas, via de regra, a vítima que procura diretamente o Juizado é atendida e o requerimento é postulado por lá mesmo.

Nós realizamos muitas audiências no Juizado. São cerca de 60 audiências por dia. São três juízas normalmente designadas. Então, eu já consegui, junto à minha chefia institucional, um outro defensor para me auxiliar no Juizado. Tem audiência de manhã, na parte da tarde, mas tento sempre prestar essa assistência, um atendimento acolhedor à vítima de violência.

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Uma pergunta, Dra Sula ou Dra Emanuelle: os defensores que acompanham os agressores substituem, em alguma circunstância, os defensores que acompanham a vítima?

**A SRa EMANUELLE DE OLIVEIRA CHIANCA GANGONI** – Nunca, de forma alguma. De forma alguma, até porque haveria um conflito. Isso não é possível. Há um impedimento. O defensor que atende o autor do fato é um defensor diferente do defensor da vítima. Em nenhuma circunstância...

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Eu me refiro não a um caso específico, mas à dinâmica da Defensoria. Eventualmente, em outros casos...

**A SRa EMANUELLE DE OLIVEIRA CHIANCA GANGONI** – É separado. É sempre separado.

**A SRa ANA RITA** (PT – ES) – Me deixa aproveitar, Deputada Jô, para ouvir também a opinião da Defensoria Pública com relação à suspensão condicional do processo. Qual é a avaliação que vocês fazem sobre isso?

**A SRa EMANUELLE DE OLIVEIRA CHIANCA GANGONI** – A minha posição é completamente contrária. Eu assumi a titularidade do 1o Juizado agora no mês de março e venho enfrentando essa dificuldade. Eu já fiz uma petição com algumas laudas e apresentei.

Mas o que acontece? São duas questões, não é só a suspensão. É a questão da retratação da vítima nos crimes de lesão corporal. Então, o posicionamento do Juizado é de que, se o fato ocorreu antes da decisão do Supremo Tribunal Federal, que foi uma decisão em controle concentrado, foi em uma ADC e em uma ADI, então não foi uma decisão *incidenter tantum*. Gostaria de deixar isso claro. É um controle concentrado. É uma decisão que já foi publicada. O que não foi publicado foi o inteiro teor da decisão. Então, no meu posicionamento ela já é uma decisão que tem que ser cumprida e qualquer descumprimento é uma afronta à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Eu já me manifestei nesse sentido, mas a vítima queria se retratar, no caso concreto. Era um crime de lesão corporal. E, infelizmente, apesar de a defesa técnica ter se manifestado contrariamente, eu entendo que a minha atuação é *sui generis*. Ela decorre da lei. Então, eu estou ali para prestar assistência à vítima. Eu acho que a manifestação dela é viciada: ela vai ter ou vínculo de afetividade ou dependência financeira; e ela não consegue manifestar se quer ou não a continuidade do processo, conforme a decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas a minha manifestação não foi acolhida e o feito foi extinto.

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Senadora Ana Rita.

**A SRa ANA RITA** (PT – ES) – Só para finalizar, Deputada Jô, além do Presidente do Tribunal de Justiça aqui do Estado do Rio de Janeiro, nós vamos convocar também o Procurador-Geral de Justiça e o Defensor Público-Geral, para que a gente possa debater essa questão. Acho que é muito sério isso e a gente precisa garantir que aquilo que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal realmente possa ser cumprido pelas autoridades. Então, vamos ouvir também o Defensor Público-Geral e o Procurador-Geral de Justiça.

**A SRa SULA CAIXEIRO OMARI** – Senadora, só fazer um acréscimo, em um minuto.

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Dra Sula.

**A SRa SULA CAIXEIRO OMARI** – É só um acréscimo, em um minuto, porque a Dra. Emanuelle narrou a situação no 1o Juizado. Mas é importante deixar claro que a orientação institucional é no sentido do não cabimento da suspensão condicional do processo.

Logo que saiu a decisão, este ano, nós realizamos algumas reuniões com os colegas que atuam nos Juizados de Violência Doméstica, e eu participo de algumas reuniões, em nível nacional, com os colegas defensores de outros Estados da Federação, porque nós temos uma comissão do Codjerj que trata só sobre violência doméstica. E, nessas oportunidades, o entendimento que ficou como parâmetro institucional é no sentido do não cabimento da suspensão condicional do processo. E, até pelo que a Dra Emanuelle falou, trata-se de uma decisão do STF que foi... Não se trata de uma decisão incidental. É uma decisão em Ação Direta de Constitucionalidade.

E eu vou até além: uma Declaração de Constitucionalidade não tem modulação da aplicação no tempo. Ela só declarou que já era. Então, na verdade, nem se teria que pensar que nos crimes anteriores à decisão cabe e nos posteriores não cabe. Do meu ponto de vista, nós, defensores, em reunião, pensamos que em se tratando de uma Declaração de Constitucionalidade não há que se modular os efeitos. E não foi modulado na oportunidade, pelo STF, de forma que o entendimento é: é constitucional? É. Então, não cabe a suspensão condicional do processo em hipótese alguma, em tempo algum, em crime nenhum. Essa é a orientação.

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós agradecemos a Dra Sula, a Dra Emanuelle. Queremos dizer que, no pronunciamento da Dra Emanuelle, ficou mais claro que não há condicionalidade no caso específico do pedido de medidas protetivas. A vítima pode ir diretamente ao Juizado.

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – A situação de passar pela Defensoria é uma situação eventual, complementar, e não condicionada a que as medidas protetivas possam ter que necessariamente passar pela Defensoria, como inicialmente eu, particularmente, tinha entendido; o que dificultaria enormemente o trâmite e a aplicação de medidas protetivas.

Como ação complementar ou porta de entrada no desenvolvimento do processo, nós entendemos o papel da Defensoria; jamais como uma segunda porta que se teria que entrar para ir para a medida protetiva. Eu acho que isso ficou claro.

Nós queremos repetir aqui que nós consideramos R$36 milhões de fundo para a Defensoria – para toda ação da Defensoria – uma cifra absolutamente insignificante. A Defensoria é a justiça dos pobres e por isso é a justiça das mulheres. Tem que ser reforçada. E hoje é tratada de uma forma inferior, exatamente porque a justiça daqueles que precisam não tem importância.

Acho que o Projeto que está tramitando no Senado, com toda certeza, precisa ser aprovado, porque a Defensoria deve ser respeitada, como os pobres deste País devem ser respeitados e ter acesso a tudo que é mais digno na vida deles.

Agradeço e cumprimento por ter defensores nas 92 comarcas do Estado do Rio de Janeiro. Parabéns para vocês.

Senadora Ana Rita. (*Palmas.*)

**A SRa ANA RITA** (PT – ES) – Só um esclarecimento, Deputada Jô, antes de passar para adiante. Nós fizemos aqui uma afirmação de que o contrato da Casa Abrigo terminaria agora, no dia 30 de novembro. Recebemos a informação que não termina dia 30 de novembro. Então, quero só fazer esse registro, para poder retificar a informação dada anteriormente.

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós recebemos aqui e encaminhamos também aos anais os projetos de lei da Deputada Inês Pandeló: o que institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência contra a Mulher – um dos problemas que a gente já detectou, que é deficiente em todos os Estados. Recebemos o projeto que cria o Programa de Apoio à Mulher Vítima de Violência no Estado, que institui a Política de Atendimento Integrado às Mulheres Vítimas de Violência; e o que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher no Estado do Rio de Janeiro, que serão anexados aos nossos anais.

Nós vamos agora para a parte em que escutaremos a sociedade civil. Se nós nos dirigirmos às instituições, inquirindo, questionando, nós – em relação à sociedade civil – vamos escutar e registrar sua avaliação relativa às instituições da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Por isso, nós chamamos para a mesa Míriam Starosky – falei errado da outra vez –, da Marcha Mundial das Mulheres; Iara Amora, da Casa da Mulher Trabalhadora; e Rogéria Peixinho, da Articulação de Mulheres Brasileiras. Como elas se dividiram, podem vir à mesa para que deem maior visibilidade à presença de vocês. Daremos um jeito de colocar mais uma cadeira aqui.

Como, no entendimento, todas as instituições têm até 20 minutos, as representantes do Movimento de Mulheres disporão cada uma de até 7 minutos. Não sei se estão preferindo usar esse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRa PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Nós então vamos fazer essa excepcionalidade. Vocês vão para lá e nós vamos usar... Pela ordem, Míriam Starosky; em seguida, Iara Amora e Rogéria Peixinho, que preferem falar do púlpito, já que fica facilitada a disposição de cada uma. Lembro que, na divisão do tempo, vamos dar até 7 minutos para cada uma, para que possamos concluir nosso trabalho. Já estamos para além dos 20 minutos e, então, teremos de ser rigorosos.

A primeira será Míriam Starosky, da Marcha Mundial das Mulheres.

**A SRª MÍRIAN STAROSKY** – Obrigada.

Boa tarde a todas e aos homens também presentes. A gente quer muito agradecer esta CPMI no Estado. Lutamos para que fosse aqui e isso é muito importante para nós. A gente está aqui... Somos três representantes de uma movimentação que a gente conseguiu, nas últimas semanas, convidando, convocando vários grupos de movimentos de mulheres feministas. A gente conseguiu fazer uma determinada articulação e, por esta articulação, um relatório do movimento com contribuições que, sabemos, não dão conta de tudo o que temos para contribuir, pelo pouco tempo. Mas quem conseguiu acessar e saber levou sua contribuição. Creio que é importante a gente entregar aqui, agora, uma cópia melhor para a Senadora e uma cópia para a Deputada.

Esta Comissão exatamente tentou dar uma organicidade a esse espaço, porque queríamos trazer, coletivamente, vários problemas que costumamos presenciar. Ontem, na reunião do Movimento, a Senadora teve a oportunidade de saber de vários depoimentos, além de nossa contribuição mais coletiva. Foram depoimentos emocionantes, que conseguiram trazer um pouco da realidade, na vida de cada uma, do que tem sido as políticas ou a falta de políticas no Estado do Rio de Janeiro.

Agora, pretendemos fazer simplesmente um resumo que diz por que é importante a gente estar aqui e por que é importante a CPMI ter vindo para cá. Primeiro, porque há violência contra a mulher no Rio de Janeiro e assustadoramente. A própria Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro produz documentos em que se vê a violência aumentar ano após ano. Se a gente for ver, são violências que mostram claramente o caráter machista dessa violência e o lugar em que a mulher é colocada na sociedade.

Se formos pegar os casos de estupro, é estarrecedor! Tivemos, em 2011, treze estupros ao dia; mas, em 2012, a gente já tem a média de 15 estupros. Achamos esse espaço importante porque as mulheres querem denunciar e ter esse espaço; elas não querem ficar caladas.

Nós também fazemos nossa manifestação aqui sobre a ausência. A gente também gostaria de denunciar a ausência de todos os titulares das secretarias e reclamar disso. Isso diz um pouco qual a centralidade... Na verdade, a não centralidade de uma política específica do caso da violência contra as mulheres.

Sempre percebemos que a política é feita por delegação. Sempre vieram sub-representantes, sempre vieram pessoas da ponta e nunca essa política é assumida realmente pela titularidade. A gente teve aqui representantes do Judiciário e do Estado, mas também vemos isso se repetindo em todos os Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Isso ficou claro nas contribuições das pessoas do interior contra as pessoas da região metropolitana.

Achamos também importante este espaço aqui pela política que é colocada, pela propaganda colocada, como se tivéssemos aqui uma política de sucesso, como se o Rio de Janeiro estivesse sempre em melhor situação e principalmente sempre focando só na implementação da Lei Maria da Penha.

Admitimos que há aparatos, alguns têm um razoável número de aparatos, mas eles são insuficientes para darem conta de nossas demandas, das demandas que aparecem mais na capital e na região metropolitana. No interior do Estado há praticamente uma ausência dessas políticas.

Queríamos não só... A gente vai relatar um pouco dessas denúncias aqui, mas queríamos não só trazer isso como uma relação de pensar exclusivamente em uma aplicação de lei, mas queremos pensar como também a violência contra as mulheres é realizada diariamente por intermédio de uma violência institucional, organizada pelo próprio Estado. Vemos isso pelas políticas de UPPs; a gente percebe casos de violências. Percebemos isso nas questões do aborto, dos choques de ordem. A gente vai falar um pouco sobre isso.

A Justiça também, todos os aparatos de justiça, como falta uma política mais estruturada... Como esse programa em diversas interpretações cai para gente como uma não política, como um problema, ficamos à mercê da desestruturação de núcleos e de serviços conforme os gestores. A gente até queria colocar aqui uma sugestão para a CPMI para, a par dos inquéritos, perguntar o real número de processos que caem em prescrição. A gente gostaria de sugerir isso como um levantamento da CPMI. É um dado que não temos e nos é muitas vezes relatado.

Só para terminar minha fala, gostaria de trazer uma coisa que a gente sentiu muito e tentou colocar muito ontem. Acho que a Senadora, que teve oportunidade de estar lá, pode presenciar: as mulheres têm um fracasso na vida quando são violentadas. A gente está a todo tempo em uma situação de fracasso. Mas ficamos em uma situação de segundo fracasso quando vamos procurar serviços, quando procuramos acesso à Justiça e sofremos outra violência.

A mulher, muitas vezes, nem procura o superior, porque a situação de fracasso que ela... Se não for bem sucedida, se fracassar mais uma vez, essa mulher sofre uma represália não só da sociedade, mas por seus agressores as procurando novamente, não respeitando as medidas protetivas, como sofrem represálias do próprio Estado quando desqualifica suas denúncias, na desqualificação de sua posição de cidadã com todo direito. Essa é outra coisa que a gente queria colocar.

Para finalizar, isso tudo tem a ver com não só estar aqui nesta CPMI, com todos os órgãos públicos e todas as autoridades públicas, mas a gente entende o quanto é importante que a violência contra a mulher seja vista mais amplamente pela sociedade. Gostaríamos também que incluíssem políticas preventivas como educação, educação não sexista, que não permita que a violência seja a ponta da naturalização da relação com as mulheres.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Obrigada pela precisão.

Com a palavra Iara Amora, da Casa da Mulher Trabalhadora.

**A SRª IARA AMORA** – Boa tarde a todas. Meu nome é Iara Amora. Sou da Casa da Mulher Trabalhadora do Núcleo de Mulheres Jovens. Anteriormente, foi dada informação errada de meu cargo. Então, bom dia a todas; bom dia, Senadora; bom dia, Deputadas que estão presentes nesta mesa.

Darei prosseguimento um pouco aos relatos e dossiês que a gente conseguiu mapear quanto à questão da violência.

Primeiro, eu queria deixar minha primeira impressão.

Quem esteve, ontem, na reunião com as mulheres vítimas de violência, com as mulheres da sociedade civil – a Senadora estava lá, assim como outras tantas companheiras que estão aqui –, consegue nitidamente perceber a diferença entre o que a gente escutou ontem e o que escuta hoje.

Hoje, escutamos muitas falas protocolares sobre coisas que estão sendo encaminhadas, coisas que foram vistas, que são percebidas, e o que se dá a entender é que esses serviços atendem as mulheres mas não as escutam, porque as mulheres nos disseram que são humilhadas nos serviços, que elas são maltratadas nos serviços. (*Palmas.*)

Então, como esses serviços todos, com protocolos lindos, todos em pleno funcionamento, não conseguem perceber que a mulher lá na ponta não está sendo atendida? Inclusive, a fala delas é que sofrem uma segunda violência quando chegam aos serviços; elas se sentem violentadas novamente. É importante pontuar isso.

Do levantamento que fizemos, é importante dizer que há insuficiência de políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro para atender as mulheres vítimas de violência, tanto em quantidade como em qualidade.

Do dossiê que nós levantamos, no quantitativo: dos 92 Municípios do Rio de Janeiro, apenas 24 têm algum equipamento de atendimento às mulheres vítimas de violência. Por aí a gente já pode perceber... E nos que têm equipamento – inclusive, algumas coisas já foram trazidas pela Senadora hoje, mas gostaria de enfatizar... Os centros de referência, por exemplo, enfrentam a questão da alta rotatividade das equipes porque não há concurso público. Então, também não há como garantir a qualificação permanente das pessoas que estão ali porque estão em constante rotatividade.

Hoje foi dito – pelas delegadas se não me engano – que há uma formação virtual. E aí a gente se pergunta: uma formação virtual vai dar conta de tratar as questões de gênero, a questão do machismo tão arraigado em nossa sociedade? Isso vai ser suficiente para essas profissionais e esses profissionais que vão estar lá na ponta atendendo essas mulheres?

Nessa questão da rotatividade ainda há a questão da estrutura: delegacias, casas-abrigo, centros de referência com rachaduras, sem que as mulheres tenham acesso a um copo d'água, sem que tenham acesso a um banheiro. E os relatos são que as mulheres passam horas – 5, 6 horas – na delegacia esperando atendimento – e não têm acesso a um copo d’água!

Muito me indignou – e eu queria ressaltar aqui – a posição trazida pelas representantes da segurança pública, que foram as delegadas, de mais uma vez culpar as vítimas. Elas disseram que as mulheres que são maltratadas não denunciam, não chegam a elas, não chegam aos órgãos. Acho que há aí toda uma inversão quanto aos objetivos desses órgãos...

(*Interrupção na gravação.*)

**A SRª IARA AMORA** – *...*atendimento à mulher vítima de violência, que chegou lá depois de uma situação, talvez de uma vida inteira de violência...

(*Interrupção na gravação.*)

**A SRª IARA AMORA** – ...de pessoas que ela considera autoridades, que ela achava que poderiam dar solução para o seu caso e é maltratada.

Aí, a gente dizer que essa mulher fragilizada, nesse momento mais uma vez culpabilizada, tem de enfrentar isso e continuar, ir atrás dos outros órgãos, acho que isso é a gente revitimizar, é tratar como a sociedade já trata: é colocar a culpa na vítima. Os nossos órgãos têm que ter os seus próprios mecanismos de observação da postura de seus funcionários, de como tratam as mulheres; os órgãos têm que dar conta disso, a gente não tem que colocar isso na conta das mulheres vítimas de violência mais uma vez. (*Palmas.*)

Sem contar a questão, que também não posso deixar de levantar, da economia de papel. Quer dizer que as delegacias não podem tirar uma xérox de um papel para a mulher ter a informação do que ela está prestando? É uma economia... Isso mostra que a gente não tem investimento público mínimo nesses setores.

Queria enfatizar também a questão do Tribunal de Justiça, que não veio. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro desrespeita a Lei Maria da Penha, porque não aplica o aspecto dúplice dos juizados: encaminhar as questões de família e criminal na mesma vara. Nós ouvimos ontem relatos absurdos, de homens que são processados por abuso sexual numa vara de família e ganham a guarda da...

(*Interrupção na gravação e execução parcial de música.*)

**A SRª IARA AMORA** – ...se não provarem aquilo.

Então, a mulher chega lá, depois de juntar toda sua coragem para sair de sua casa, e volta para sua casa mais uma vez culpabilizada, violentada e, muitas vezes, mais vulnerável.

Queria dizer que o processo no Judiciário e na Polícia em geral é muito longo e que um dia na vida de uma mulher que vai denunciar pode resultar na cessação de sua vida. A gente às vezes fica se prendendo a protocolos, dizendo que está fazendo os encaminhamentos, que está dirigindo, mas não está dando atenção para quem de fato deveria ter atenção, que é a mulher vítima de violência, a mulher que pode perder a sua vida e, às vezes, fica mais vulnerável ainda quando recorre ao Estado.

É isso.

Obrigada a todas. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Muito obrigada também, Iara, pela presteza.

Com a palavra Rogéria Peixinho, da Articulação de Mulheres Brasileiras.

**A SRª ROGÉRIA PEIXINHO** – Boa tarde a todas. Boa tarde, Senadora. Boa tarde, Deputadas.

Hoje, durante a manhã inteira, ficamos sentadas ouvindo os poucos que chegaram aqui. Inclusive, quero ressaltar, Senadora e Deputada, que é muito bom ter vocês aqui como cúmplices do que vivemos no Estado do Rio de Janeiro. A falta dos representantes do Estado aqui é a demonstração do que vivemos, do descaso com que as mulheres neste Estado são tratadas, isso está representado pela ausência desse Poder aqui. Mesmo com uma CPI, com a importância que tem uma CPI, aqui nesta Casa Legislativa eles não comparecem para nos dar as devidas explicações, para dizer por que estamos nesse estado, por que estamos com mulheres morrendo a cada dia sem ter equipamentos de fato capacitados e qualificados para atendê-las. (*Palmas.*)

Minha mãe sempre repetia um ditado: “Por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento”. É um pouco do que vemos no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro é pintado como o Estado onde tudo está bom, onde, no caso da violência contra a mulher, há grandes equipamentos, muitos equipamentos. Os equipamentos, vimos aqui durante essas duas semanas e durante o tempo em que estamos na militância e que recebemos as mulheres e acompanhamos as mulheres nesses equipamentos...

Ontem a Senadora teve oportunidade de receber o nosso relatório e receber as mulheres que acessam esses equipamentos. Pudemos perceber que os equipamentos são sucateados, que os equipamentos não atendem as mulheres, nem as delegacias, nem os NIAMs, nem os CIAMs. Não tinha copo para a Senadora beber água no Ciam do Centro. A senhora vivenciou isso. Então, nós queremos aqui reafirmar tudo o que foi colocado aqui pelas companheiras que me antecederam e dizer que é isto o que acontece no Rio de Janeiro: descaso e desrespeito.

Outro aspecto que levanto nesta CPI é algo peculiar ao Rio de Janeiro, que vai receber grandes eventos, megaeventos: como nós não temos políticas públicas para as mulheres, as mulheres do nosso Estado estão mais vulneráveis durante esses eventos e megaeventos que estão acontecendo. Há uma política instalada em nosso Estado de Unidades Pacificadoras, de Polícias Pacificadoras, em várias comunidades, as famosas UPPs.

Pois bem, recebemos denúncias de mulheres que vivem nessas comunidades e que estão sendo vítimas da violência institucional. As mães dos meninos que eram do tráfico estão sendo ameaçadas, as casas dessas mulheres estão sendo invadidas por policiais, e elas passam noites inteiras sob a tortura desses policiais das UPPs, porque eles querem saber onde estão esses meninos.

Uma mãe não vai dizer onde está o seu filho. E não é esse o papel da UPP. Não foi para isto que foi instalada a UPP nas comunidades: para amedrontar as mulheres, para amedrontar as pessoas que vivem ali. Além disso, a UPP também está se arvorando como responsável em mediar casos de violência contra as mulheres, infringindo mais uma vez a Lei Maria da Penha.

Nos casos de violência contra mulher onde há uma UPP instalada, o casal tem que passar pela UPP para que esses policiais façam a mediação. Isso é uma grave violação à Lei. Queremos deixar aqui também registrada esta denúncia e solicitar não só à CPMI, mas também a esta Casa Legislativa que averigue e dê a devida proteção a essas mães, a essas mulheres que vivem nessas comunidades e que estão passando por essa tortura e essa violência.

Muito obrigada pela oportunidade de colocarmos aqui... É uma pena porque a defensora foi embora e a Drª Renata, Promotora de Justiça, também foi embora, pois gostaríamos de falar olhando nos olhos de quem chegou aqui e pintou esse mundo da fantasia, porque não é a realidade no nosso Estado. As mulheres do nosso Estado não estão sendo atendidas de forma digna e como devem ser atendidas numa situação terrível como é a situação de violência doméstica.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Agradecemos à Míriam Starosky, à Iara Amaro e à Rogéria Peixinho pelas contribuições e, mais, pela disciplina no cumprimento do tempo. Temos certeza de que o relatório que nos foi entregue será um importante instrumento de diagnóstico efetivo da visão que a sociedade civil tem em relação às políticas públicas de enfrentamento à violência.

Com a palavra a Senadora Ana Rita para o seu pronunciamento final.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Quero aqui agradecer o Movimento de Mulheres que, ontem, conseguiu mobilizar várias entidades, inclusive mulheres vítimas de violência, que puderam levar o seu depoimento e fazer o registro da suas angústias pelo sofrimento que passam.

Acolhemos com muito carinho esse documento que foi entregue. Ele será analisado pela CPMI e, diante das informações nele contidas, se houver necessidade, vamos inclusive solicitar informações ao Estado, às autoridades públicas desse Estado, para que os casos aqui relatados possam ter também os esclarecimentos necessários.

Portanto, será um instrumento importante para a CPMI, inclusive para elaboração do nosso relatório.

Também quero dizer que várias questões levantadas na reunião de ontem se referiam à Secretaria de Segurança. Infelizmente, não tivemos oportunidade de ouvir aqui o Secretário de Segurança, mas vamos ouvi-lo na audiência que faremos em Brasília. Além da Secretaria de Segurança, vamos convocar o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e o Ministério Público para discutir as questões específicas que aqui foram colocadas.

Por último, em relação a um caso que aqui foi relatado ontem, vamos solicitar informações à Secretaria de Segurança. É sobre o inquérito policial referente à morte de Maria Aparecida Roseli Miranda, que, pelos relatos feitos ontem, inclusive documentos que foram entregues, esse caso aconteceu... a morte dessa mulher aconteceu no interior da metalúrgica Votorantim.

Segundo fomos informados, inclusive pelo próprio Sindicato dos Metalúrgicos, através de documento, esse inquérito não foi concluído. Portanto, precisamos saber o que aconteceu e por que não foi concluído. Essa é uma situação para a qual vamos solicitar informações à Secretaria de Segurança, a pedido também das mulheres que estavam presentes ontem e do próprio Sindicato dos Metalúrgicos.

No mais, Srª Presidenta, quero agradecer a todas as pessoas que vieram aqui, a todas as autoridades, aos representantes da Secretaria de Saúde, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Superintendência da Mulher, da Secretaria de Assistência Social, da Delegacia da Mulher que estiveram aqui prestando as informações que muito nos ajudaram. É claro que há algumas questões que precisamos aprofundar um pouco mais, as quais vamos aprofundar na convocação que faremos em Brasília.

Quero agradecer e dizer que a CPMI também continua à disposição. Estou vendo algumas mulheres que, ontem, puderam relatar os seus casos, as suas dores, os seus sofrimentos e que estão aqui hoje nesta audiência pública. Quero dizer a vocês, mulheres, nossas companheiras, mulheres aguerridas, lutadoras, que a CPMI tem o compromisso de continuar esse trabalho.

Os trabalhos se encerram no final do ano oficialmente, mas a nossa proposta é criar uma comissão especial para monitorar as providências que deverão ser seguidas a partir do relatório que iremos apresentar.

Nosso compromisso continua, como Parlamentares, juntamente com aos Parlamentares estaduais, não só do Rio de Janeiro, mas de outros Estados, para que as providências que deverão ser adotadas sejam, de fato, implementadas em todos os Estados da nossa Federação.

Era isso, Srª Presidenta.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Acabamos de realizar a 12ª Audiência Pública nos Estados Brasileiros.

Queremos dizer aos senhores e às senhoras aqui presentes que, em primeiro lugar, agentes públicos de diferentes órgãos aqui se fizeram presentes, sejam eles de secretarias municipais ou de coordenadorias de várias cidades do Estado do Rio de Janeiro. Isso é uma conquista importante. É, muitas vezes, do voluntariado de vocês, como está ocorrendo hoje em Teresópolis, que sobrevive, em certo nível, a política pública de Estado.

Não podemos nos conformar, pois na cidade de Teresópolis foram demitidas todas as pessoas. E por não haver concurso público, os órgãos de políticas públicas das mulheres são desmontados. Se não é uma militância de determinadas pessoas, desmontaríamos a cada momento as políticas públicas.

Por isso, agradecemos a vocês. E agradecemos as presenças dos movimentos de mulheres que aqui deu-nos efetiva contribuição para o relatório.

Também queria agradecer aqui à Defensoria Pública, que se fez representar na estatura devida, como nos outros Estados, e ao Ministério Público, que também se fez representar na estatura devida.

Além disso, quero dizer a vocês que, ontem, a Senadora Ana Rita foi recebida pelo Vice-Governador, oportunidade importante para que tivéssemos acesso a um representante do Poder Executivo, a fim de colocarmos as nossas preocupações.

No entanto, lamentamos profundamente que este seja o único Estado que visitamos em que o primeiro escalão – as secretarias estaduais – não se fez presente. Em vários Estados em que estivemos, faltava um, faltava outro, mas em nenhum foi como aqui. Isso nos leva a grande preocupação pelo fato de o primeiro escalão, o responsável pela política pública, deixar de se fazer presente. Lamento profundamente, porque em outros Estados fomos recebidos por governadores, por presidentes de tribunais; apenas dois tribunais de Justiça não se fizeram presentes nas audiências públicas: o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, aliás, não foi o de Estado de Goiás, mas o do Distrito Federal. Também estivemos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal que, além de nos receber, se colocou à disposição para que, quando da feitura do relatório final, o Supremo Tribunal Federal o receba simbolicamente para dar uma resposta pública e política, tendo em vista a da importância do resultado do trabalho da CPMI.

Por isso, quero lamentar mais uma vez e dizer que o desafio que as mulheres do Rio de Janeiro têm ao dar visibilidade a essa dor, que transpassa o sofrimento de cada mulher aqui violentada, sem dúvida alguma, responderá com essa combatividade à subserviência que, muitas vezes, o Estado brasileiro, particularmente o do Rio de Janeiro, faz diante da política pública do Brasil. (*Palmas.*)

Para concluir, Senadora Ana Rita.

**A SRª ANA RITA** (PT – ES) – Deputada, eu quero aqui, de público, fazer um grande agradecimento às presenças da Deputada Inês Pandeló, da Deputada Rejane, mas, de maneira especial, ao gabinete da Deputada Inês Pandeló.

A Deputada Inês Pandeló nos acompanhou nas diligências e nos acompanhou nos espaços onde foi possível a presença dela, mas o seu gabinete nos deu todo o suporte, toda a logística, para que pudéssemos circular ontem e anteontem, visitando todos esses equipamentos, ao passo que nos outros Estados a gente sempre aluga um carro para nos levar. Mas, aqui, o gabinete se colocou inteiramente à nossa disposição, não só disponibilizando um carro, mas também a sua assessoria, dando-nos toda a condição para que pudéssemos fazer bem o nosso trabalho. Então, nosso agradecimento à Geórgia, que é Assessora do gabinete da Deputada Inês Pandeló; o nosso agradecimento ao Marcos, que também é do gabinete da Deputada Inês Pandeló, que muito nos ajudou. E, em especial, agradecer muito à Deputada que inclusive nos ajudou no processo de mobilização, contribuindo para que esta CPMI funcionasse aqui no Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigada, Deputada Inês e parabéns pelo seu trabalho, pelo seu compromisso com as políticas para as mulheres aqui do nosso Estado!

**A SRª PRESIDENTE** (Jô Moraes. PCdoB – MG) – Por último, eu queria agradecer ao Presidente Deputado Paulo Melo e a todos os funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa que se colocaram à disposição.

E para encerramos nossos trabalhos, além de cumprimentar, mais uma vez, as mulheres do Rio de Janeiro, que têm treze representes nesta Casa e que devem lutar para sensibilizar todas as treze representantes mulheres que, pela sua condição de gênero, poderiam somar forças conosco, eu passo a palavra, em primeiro lugar, para uma brevíssima saudação de 2 minutos, à nossa Deputada Enfermeira Rejane; depois, protocolarmente, à nossa Deputada Inês Pandeló que, pelo trabalho realizado na Comissão Especial, pela audiência pública, pela contribuição que realizou através dos projetos, demonstra a cumulação que as mulheres cariocas têm na sua representação.

Deputada Enfermeira Rejane e, em seguida, a Deputada Inês Pandeló, a quem passo à Presidência para que ela, formalmente, possa encerrar os trabalhos.

**A SRª ENFERMEIRA REJANE** (PCdoB – RJ) – Queria, rapidamente saudar a todas as mulheres e homens presentes. Queria parabenizar não só a Deputada Inês Pandeló responsável como Presidente da Comissão de Mulheres aqui desta Casa, mas saudar o trabalho das nossas Deputadas e autoridades nacionais, porque sabemos a dificuldade que é criarmos qualquer tipo de estrutura ou comissão nestas Casas Legislativas.

Dizer que esse trabalho é fundamental. Meu mandato ele está focado na área da saúde, mas ele também está focado na questão do empoderamento das mulheres e do respeito a esse trabalho de discussão sobre as nossas questões. Então, queria parabenizar muito a minha camarada, do meu Partido, Presidente desta CPI Mista e que está fazendo este grande trabalho, juntamente com a Senadora, este grande trabalho de levantar esses nós que são importantes para que a gente possa rompê-los e dar continuidade ao empoderamento das nossas mulheres.

Para concluir, Deputada, eu queria só fazer um registro da importância de continuarmos, aqui no Estado, exigindo do Governador a criação da Secretaria de Mulheres no nosso Estado, que, no meu entendimento contribuiria – e muito – para que minimizássemos as dificuldades que temos aqui na política das mulheres.

E deixar também registrada a denúncia em relação à Prefeitura de Teresópolis que, hoje, terminou, acabou com um trabalho de anos da Secretaria de Mulheres, trabalho que era desenvolvido com muita seriedade naquela cidade, e que hoje está obrigando aquelas trabalhadoras a trabalharem gratuitamente para que o serviço se mantenha aberto para as mulheres de Teresópolis. Então, eu acho que isso é um crime contra as mulheres, e quero deixar esta denúncia aqui para ficar registrado nos Anais desta Casa, o nosso desagravo à Prefeitura de Teresópolis pelo desrespeito com as mulheres daquela cidade.

Muito obrigada, e vamos em frente. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Inês Pandeló. PT – RJ) – Bom, retomando aqui a Presidência da audiência pública chamada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Alerj, quero, em primeiro lugar, agradecer a presença da Deputada Enfermeira Rejane, que ficou o tempo todo presente, demonstrando o seu interesse; lamentar a ausência das demais Deputadas, membros da Comissão, esperando que elas possam se integrar mais a essa luta, a esse trabalho relacionado aos direitos das mulheres, especialmente ao combate da violência contra a mulher; parabenizar e agradecer muito a presença da Deputada Federal Jô Moraes, Presidenta da CPMI, porque a sua presença aqui no nosso Estado ajuda a desvendar muitas coisas, e pela coragem de ter assumido esse trabalho lá na Câmara Federal; igualmente à nossa companheira, Senadora Ana Rita, que, como falei, desde anteontem está aqui no Rio, dispondo-se, literalmente, a combater a violência doméstica contra a mulher. Eu fico sempre muito emocionada ao ver mulheres que se dedicam a isso. E é graças a esse trabalho que a gente tem avançado, muitas vezes menos do que gostaríamos, mas estamos avançando. Mulheres que são de Estados diferentes, que poderiam estar pensando: “Não, vou ficar aqui no meu Estado. Afinal de contas, haverá eleição daqui a 2 anos”, e, no entanto, se dispõem a percorrer o Brasil para verem *in loco* as dificuldades, os empecilhos da implementação da Lei Maria da Penha.

Então, parabéns! E obrigada pelo trabalho de vocês.

Agradeço também a presença de tantos representantes de instituições e do Movimento Social, que também contribuiu muito para a realização de todas as oitivas, de todos os argumentos colocados aqui hoje nesta audiência pública e que irão para o relatório.

Também lamentar e fazer coro pela ausência de alguns. Não contar com a presença do secretário de segurança ou, no mínimo, de um subsecretário que possa dar as respostas necessárias aqui, é lamentável! Inclusive colocou, a meu ver, a delegada, as representantes em situação difícil, porque, por mais que queiram, não têm o conhecimento e a autoridade devida para responder a essas perguntas – presidente do TJ. Então, a gente lamenta isso também.

Quero dizer que nós estamos lutando pela Secretaria das Mulheres há tempos. Ano passado, o Governador acenou com uma subsecretaria, o que já seria um avanço. Mas quero registrar também que até esse momento nem a subsecretaria foi colocada em funcionamento, embora tenha sido uma reivindicação da bancada do PT, a meu pedido, e o PCdoB também tem colocado como reivindicação, mas especificamente a bancada do PT, em uma reunião com o Governador, colocou essa reivindicação e nas negociações junto à Presidência da Casa, as colocamos.

Então, não esmorecemos e não deixaremos de lutar por isso, embora tenhamos de dizer, com todas as letras, que não foi cumprida sequer a promessa de subsecretaria. Não há como omitir isso. Acho que os movimentos de mulheres têm de avançar nessa luta.

Foi falado aqui sobre a violência institucional, no entanto, eu não tive a oportunidade de me referir a isso, mas quero fazê-lo na presença da Secretária de Saúde. Refiro-me ao fato de duas mulheres terem ido a óbito, ambas do Estado do Rio, uma de São João de Meriti, por ter injetado café com leite na veia, e outra, do Município onde resido – aliás, foi palco por três vezes –, Barra Mansa, por ter injetado sopa na veia. Então, por coincidência, duas mulheres. Essa também é uma condição de treinamento, sei lá, de fiscalização na área de saúde, mas é também uma violência porque são duas mulheres. Estamos buscando informações e acompanhamento a esse respeito.

A Comissão dos Direitos da Mulher vai, através desse relatório, da diligência e da audiência pública, também com relação às diligências, se pautar para tentar, com as diversas pontas, desatar os nós que aparecerem.

A meu ver, está pontuada claramente a falta de maior articulação entre as diversas instituições que trabalham com a defesa dos direitos da mulher e com a violência contra a mulher, como uma burocratização exagerada nas medidas protetivas – que a gente tem de ver como solucionar isso –, a falta de estrutura, a falta de concurso público para funcionários e a falta de uma capacitação permanente, além da exigência de capacitação para esses servidores.

Então, são esses os pontos que detectei, de relance.

Vamos nos debruçar em cima desse relatório e ver o que mais a Comissão dos Direitos da Mulher poderá fazer, logicamente esperando que seja aprovada a comissão especial que vai acompanhar os desdobramentos disso tudo.

Então, mais uma vez, muito obrigada.

Parabéns a todas nós que estamos nessa luta!

Vamos em frente!

A luta continua!

Está encerrada a audiência pública.

*(Iniciada às 10 horas e 25 minutos, é encerrada às 14 horas e 03 minutos)*

**Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)**

Presidente